



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

**DESENVOLVIMENTO DE MODELO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARA  
INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR – Caso UNIPAN/FACIAP**

Dissertação submetida à Universidade  
Federal de Santa Catarina para a obtenção  
do título de Mestre em Engenharia de  
Produção

**Por**

**Indiara Telles de Souza**

Orientador:

**Profa. Christianne Coelho de Souza Reinisch Coelho, Dra.**

Florianópolis, 2002.

**DESENVOLVIMENTO DE MODELO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARA  
INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR – Caso UNIPAN/FACIAP**

**Nome: Indiara Telles de Souza**

Área de Concentração:

**Mídia e Conhecimento**

Orientador:

**Profa. Christianne Coelho de Souza Reinisch Coelho, Dra.**

Dezembro de 2002

**Indiara Telles de Souza**

**DESENVOLVIMENTO DE MODELO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARA  
INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR – Caso UNIPAN/FACIAP**

Esta Dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Engenharia, especialidade em Engenharia de Produção, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, Dezembro de 2002.

---

Prof. Edson Pacheco Paladini, Dr.

Coordenador do Curso de Pós-Graduação  
em Engenharia de Produção

Banca Examinadora:

---

Profa. Christianne Coelho de Souza Reinisch Coelho, Dra.

Orientadora

---

Prof. Francisco Antonio Pereira Fialho, Dr.

---

Profa. Elaine Ferreira, Dra.

---

Profa. Luiza Maria Bessa Rebelo, Msc.

## **A DEUS**

Pelo dom que é viver. Graça que me foi concedida sem que tivesse merecimento algum.

## **AGRADECIMENTOS**

A realização deste trabalho só foi possível graças à colaboração direta ou indireta de muitas pessoas. Manifesto minha gratidão a todas elas e de forma particular: à Profa. Christianne Coelho de Souza Reinisch Coelho, eterna orientadora, pela competência e amizade; ao meu marido Marcos Vinícius e minhas filhas Maria Fernanda e Maria Eduarda, indispensáveis pelo amor, segurança, paciência, apoio e credibilidade. A Deus, pedra segura e edificante, sempre apoio e consolo eterno.

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>5</b>
<b>SUMÁRIO .....</b>	<b>6</b>
<b>LISTA DE QUADROS.....</b>	<b>8</b>
<b>LISTA DE FIGURAS .....</b>	<b>9</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>10</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>12</b>
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
1.1. JUSTIFICATIVA .....	14
1.2. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA .....	18
1.3. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS .....	18
1.4. ORIGEM DO TRABALHO.....	18
1.5. METODOLOGIA.....	19
1.6. DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	19
1.7. DESCRIÇÃO DOS CAPÍTULOS .....	20
2.1. EVOLUÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	21
2.2. PRINCÍPIOS DA AVALIAÇÃO DO PAIUB .....	23
2.3. FUNÇÕES, OBJETIVOS E FINALIDADES DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL .....	25
2.4. DIMENSÃO POLÍTICA DA AVALIAÇÃO.....	33
2.5. DIMENSÃO QUALITATIVA DA AVALIAÇÃO.....	34
2.6. DIRETRIZES NACIONAIS PARA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL .....	36
2.6.1. <i>O que diz a Constituição.....</i>	<i>36</i>
2.6.2. <i>O que diz a LDB?.....</i>	<i>36</i>

2.6.3. O que diz o Decreto nº 2.026/96? .....	36
2.6.4. O que estabelece o Decreto 2.306, de 19 de agosto de 1996?.....	47
2.6.5. O que diz a Portaria 752, de 2 de julho de 1997?.....	48
2.6.6. O que diz a Portaria 2.175, de 27 de novembro de 1997?.....	48
2.6.7. O que diz a Portaria 302, de 7 de abril de 1998?.....	48
2.7. PRESSUPOSTOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL .....	51
<b>3. UNIPAN/FACIAP - UNIÃO PAN-AMERICANA DE ENSINO.....</b>	<b>68</b>
3.1. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO .....	68
3.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	70
3.3. MISSÃO – ÁREAS DE ATUAÇÃO .....	74
3.4. POLÍTICAS, OBJETIVOS E METAS.....	76
3.5. SITUAÇÃO ATUAL DA INSTITUIÇÃO .....	77
<b>4. PROPOSTA DE MODELO PARA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UNIPAN/FACIAP .....</b>	<b>80</b>
4.1. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UNIPAN/FACIAP .....	80
4.2. PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNO .....	81
4.2.1. Comissão de Avaliação Institucional.....	82
4.2.2. Abrangência.....	83
4.2.3. Armazenamento de Informações e Comunicação dos Resultados.....	85
4.3. PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNO.....	85
4.4. INSTRUMENTOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL .....	86
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS ..</b>	<b>99</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>104</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 - Evolução do ensino superior no Brasil.....</b>	<b>22</b>
<b>Quadro 2 - Dimensão Política da Avaliação .....</b>	<b>33</b>
<b>Quadro 3 – Apresentação da Avaliação Institucional.....</b>	<b>58</b>
<b>Quadro 4 – Normatizações da Avaliação Externa.....</b>	<b>62</b>
<b>Quadro 5 – Normatizações e ações da avaliação global .....</b>	<b>64</b>
<b>Quadro 6 – Auto-avaliação .....</b>	<b>65</b>
<b>Quadro 7 - Normatizações e ações da difusão do processo .....</b>	<b>66</b>
<b>Quadro 8 – Organograma da UNIPAN .....</b>	<b>73</b>
<b>Quadro 9 – Projetos de Pesquisa e Extensão (1999 a 2002).....</b>	<b>78</b>



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 – Fachada do Prédio da UNIPAN .....</b>	<b>68</b>
<b>Figura 2 – Sala de Aula .....</b>	<b>74</b>

## RESUMO

SOUZA, Indiara Telles. **Desenvolvimento de modelo de avaliação institucional para instituição de ensino superior – caso UNIPAN/FACIAP**. 2002. 105f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia da Produção, UFSC, Florianópolis.

Este estudo apresentado tem como objetivo propor um modelo de Avaliação Institucional adaptado às condições específicas da UNIPAN/FACIAP – União Pan-Americana de Ensino/Faculdade de Ciências Aplicadas de Cascavel, consistindo numa pesquisa, do tipo bibliográfico e de desenvolvimento, cujo objetivo foi conhecer melhor a estrutura da Instituição e estar prevendo desde já melhorias no processo de Gestão Institucional e pedagógica, considerando que a UNIPAN/FACIAP é uma Faculdade com apenas quatro anos de existência, mas inserida num mercado que tem como concorrente mais cinco instituições privadas então a necessidade de estar se aprimorando. Buscou-se apresentar o histórico da Faculdade e áreas de atuação, juntamente com uma proposta de avaliação institucional na sua concepção. Há, no entanto consciência sobre a importância do processo de avaliação institucional para a qualificação dos seus serviços, não como cumprimento de exigências no mercado, mas como um processo sistemático, contínuo e interno, envolvendo a graduação, pós-graduação, extensão e sua gestão. Considerando este estudo observou que não podemos estar restringindo somente a avaliação docente/discente e infra-estrutura do ensino na graduação, temos que considerar que a faculdade, que congrega vários segmentos bem como graduação, pós-graduação, extensão, infra-estrutura e gestão na UNIPAN. A avaliação institucional deve integrar de modo permanente a reflexão e as práticas políticas e

administrativas que orientam e dão coerência ao sistema educativo da faculdade associando a avaliação interna com a externa, os fatores quantitativos e qualitativos, os processos e os resultados, portanto, a avaliação institucional é um empreendimento permanente e coletivo de produção da qualidade educativa.

Palavras-chave: Avaliação, ensino, aprendizagem, qualidade.

## ABSTRACT

SOUZA, Indiara Telles. **Desenvolvimento de modelo de avaliação institucional para instituição de ensino superior – caso UNIPAN/FACIAP.** 2002. 105f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia da Produção, UFSC, Florianópolis.

This article aims to provide an institutional evaluation pattern adapted to the specific conditions of UNIPAN/FACIAP – União Pan-Americana de Ensino/ Faculdade de Ciências Aplicadas de Cascavel, which is a local college. It consisted of a bibliography survey, whose aim was to know the institution structure better, and also predict some improvement in the Institutional and Educational management, since UNIPAN/FACIAP is a college, which has been in the market for just four years and competes with five more private universities. The history of the university and the areas in which it works was presented with an institutional evaluation purpose in its conception. It was showed an awareness of the importance of the institutional evaluation process for the improvement of its services not only as a market requirement, but also as systematic, continuous and internal process, which involves the graduation, post-graduation, research programs levels, as well as its management. In this study it was observed that the graduation, post-graduation, research programs and its management must be evaluated as well, and not only professors, learners and the infrastructure of the graduation. The institutional evaluation must integrate the reflection, the policy and the management practices permanently because they guide and give coherence to the educational system of he college, associating internal and external evaluation, that is the quantitative and qualitative factors, and also processes and results. Finally, it was came to the

conclusion that the institutional evaluation is a permanent and global enterprise of the educational quality production

Key Works: Evaluation, education, teaching, quality

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. Justificativa

A Avaliação Institucional no Brasil não é entendida como patrimônio das instituições. Nos anos 80 a comunidade científica brasileira, os movimentos docentes, as agências governamentais ligadas á educação superior sentiram a necessidade da avaliação institucional.

Nas universidades públicas, houve o desenvolvimento da idéia de que a avaliação era necessária por dois motivos: o cumprimento do princípio de transparência, ou seja, a exigência ética da prestação de contas à sociedade e o mecanismo de fortalecimento da instituição pública ante as contínuas ameaças de privatização.

Assim, a exigência da avaliação ganha força estreitamente relacionada à crise da universidade cujo, caráter é cada vez mais ameaçado principalmente porque ela não consegue responder satisfatoriamente ao grande leque, diversificado e contraditório, de demandas externas.

A avaliação seria, pois, uma forma eloqüente de a Universidade de justificar-se como instituição basicamente necessária. Desde o início da década de 90 a avaliação institucional teve uma relação estreita com as questões da autonomia e da qualidade. Sobrinho e Balsan (1995).

*“Às vésperas do terceiro milênio, as Universidades não podem mais se encastelar em seus muros. Impõem-se sua presença mais incisiva na sociedade: ultrapassando os limites de seu” campus “, a universidade precisa, cada vez mais, refletir e agir sobre a realidade, enfrentando suas questões políticas, econômicas e sociais. São desafios para a Universidade do terceiro Milênio: os freqüentes conflitos e*

*rivalidades sociais; a desintegração do tecido social, onde a fome, a miséria e a falta de moradia tornaram-se o lugar-comum; o desemprego de longa duração; a poluição do meio ambiente; as disputas e diferenças dentro dos países e entre países, que culminam propagando em todos os níveis...”* Castro (1997, p. 463).

A avaliação institucional é nada mais do que uma ampla pesquisa, um olhar da Instituição para si mesma, a discussão de sua realidade; é o planejamento da vida e das práticas acadêmicas em suas condições, limitações e vantagens, isto é no contexto de sua caminhada histórica. Não há uma universidade mais ou menos que as outras. Há universidades com diferentes estágios de seu desenvolvimento histórico Sobrinho e Balsan (1995).

A avaliação faz parte de um processo de construção da eficiência, da produtividade da qualidade acadêmica e científica da Universidade. A avaliação institucional tem como referência a melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão, da administração acadêmica e da gestão da Universidade. O cerne da avaliação Institucional é o estudo e o entendimento da estrutura e das múltiplas relações básicas que condicionam a totalidade de fazer universitário.

A Avaliação institucional na UNIPAN/FACIAP é um processo a ser desenvolvido e implementado em uma política mais abrangente de desenvolvimento que se faz condizente com as políticas para o ensino superior do MEC – Ministério da Educação e Cultura que, por sua vez, decorrem de amplas discussões da comunidade científica que apontou a necessidade de ser instituído o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB na década de 80.

A proposta de Avaliação Institucional da UNIPAN vai ter como referências princípios que assim podem ser sintetizados:

- o objeto da Avaliação Institucional é seu aspecto coletivo, a pluralidade e a totalidade da realidade institucional – os meios que a instituição dispõe para atingir seus fins de Universidade que resultados produz;

- como atinge seus fins e que resultados produz e o desempenho da Instituição, aquilo que é quantitativa e qualitativamente avaliáveis;

- quando se diz Avaliação Institucional, o objeto desta avaliação é a instituição na sua totalidade, a forma como se manifesta, as ações que produz e o que a universidade tem a dizer sobre elas: é um coletivo que olha para si mesmo;

- através da auto-avaliação, a Universidade pode descobrir quais são seus problemas e especialmente qual é a gênese de suas situações problemáticas; as situações concretas é que devem fundamentar as decisões na universidade;

- a Avaliação Institucional se justifica à medida que produz conhecimentos científicos sobre a realidade institucional e é colocada a serviço do planejamento, da busca de alternativas para a construção dos novos sentidos para o coletivo universitário;

- para que a Avaliação Institucional crie credibilidade é preciso que produza efeitos institucionais, seja conduzida com otimismo e dignifique as pessoas que trabalham na universidade.

Considerando todo contexto acima, esse trabalho se justifica pela necessidade de uma avaliação adequada e eficaz, um dos recursos necessários para cumprir sua meta de excelência como Instituição de Ensino Superior- IES.

A mensuração da aprendizagem e do desenvolvimento dos acadêmicos na obtenção de um título, deve considerar as mudanças nos conhecimentos, nas habilidades e no desenvolvimento pessoal de cada estudante.



Da mesma forma, “as faculdades precisam começar a avaliar seu desempenho e publicar seus resultados, porque os pais e os estudantes estão ficando inquietos com o rápido aumento das taxas acadêmicas e precisam ser protegidos, como consumidores. Como as escolas não têm fornecido essa informação, a indústria dos boatos floresceu, e os futuros estudantes enfrentam um horizonte sombrio, desprovido de informações reais a partir das quais possam fazer escolhas bem fundamentadas; em vez disso, são bombardeados com indicadores tendenciosos sobre a popularidade e o status da instituição. Ninguém quer ver os alunos do último ano do ensino médio dependendo de publicações elegantes que aleguem contar como as coisas realmente são: As tradicionais medidas de qualidade acadêmica (medidas de *input*, como a relação docente/aluno, o número de estudantes com doutorado, e o acervo da biblioteca) revelam pouco do que os críticos atacam como sendo deficiências do meio acadêmico que muitos de nossos formados não parecem ter os conhecimentos, as habilidades cognitivas e, em alguns casos, o caráter e as virtudes cívicas que uma pessoa com educação superior deve possuir. Praticamente ninguém, pelo menos ninguém fora da universidade, acredita que faltem recursos. Não se pode dizer que o povo americano tenha sido pouco generoso com o ensino superior. Não tem sido, e todos nós sabemos disso. Para tratar de seus problemas, as faculdades e as universidades precisam focalizar, não os *inputs*, mas a qualidade do ensino e a reforma curricular. Devem declarar quais são suas metas, medir o sucesso alcançado e tornar os resultados acessíveis a todos. As instituições devem empregar vários métodos de avaliação, incluindo testes padronizados, entrevistas e questionários, reexame de trabalhos escritos e de atividades extra-curriculares dos alunos, bem como estudos sobre ex-alunos e desistentes”. Bennett (1985).

## **1.2. Formulação do Problema**

As instituições de ensino superior têm buscado resolver a problemática da qualidade do ensino, visando demonstrar que conseguem atingir seus objetivos; objetivos esses que buscam medir a eficiência e a produtividade com vistas a atender as aspirações da sociedade quanto ao desempenho destas instituições, dado que a concepção das instituições de ensino superior atende interesses políticos e ideológicos. Diante do exposto, questiona-se: que critérios utilizar para propor um modelo de avaliação institucional numa instituição de ensino superior privada?

## **1.3. Objetivos Gerais e Específicos**

Objetivo Geral

Desenvolver um modelo de Avaliação Institucional para instituição de ensino superior privada, mais precisamente para a UNIPAN/FACIAP.

Objetivos Específicos

- identificar e caracterizar os principais modelos utilizados nas Avaliações Institucionais existentes;
- Levantar as características institucionais da UNIPAN/FACIAP.
- Desenvolver um modelo adaptado às condições específicas da UNIPAN/FACIAP.

## **1.4. Origem do Trabalho**

A necessidade de uma avaliação mais rigorosa das instituições de ensino superior se faz necessário tendo em vista a grande cobrança da sociedade por um ensino de nível superior de qualidade. Aliado a isso, a UNIPAN, sendo uma

instituição recente na região de Cascavel, necessita de um bom desempenho, pois a oferta de cursos, em decorrência da abertura de várias faculdades, tornou o mercado muito concorrido, sendo que sobreviverá as instituições que melhor atenderem os anseios da sociedade. Baseado em tal pressuposto, esta pesquisa originou-se da necessidade de se fazer um estudo de caso da UNIPAN, tendo em vista que esta instituição busca a excelência no ensino superior, além do que é uma instituição a qual mantenho fortes vínculos.

### **1.5. Metodologia**

Para alcançar os objetivos descritos, a pesquisa foi desenvolvida seguindo os seguintes métodos:

a) pesquisa bibliográfica, com o objetivo de obter os conhecimentos necessários para estabelecer a proposta do modelo da avaliação institucional da UNIPAN/FACIAP;

b) pesquisa documental, com o objetivo de levantar dados sobre a instituição estudada – UNIPAN/FACIAP;

c) Desenvolvimento da proposta de um modelo de avaliação institucional para uma instituição de ensino superior, especificamente a UNIPAN/FACIAP, com ênfase na participação dos alunos, docentes e servidores da instituição.

### **1.6. Delimitação do Tema**

O sucesso de uma instituição está diretamente associado a sua capacidade de auto-percepção e auto-conhecimento, condicionado pelo investimento que faz na avaliação de si mesma, de seus processos e de seus

resultados. A pesquisa será direcionada no desenvolvimento de um modelo de avaliação institucional, tendo como base a UNIPAN.

O modelo de avaliação proposto, após sua aplicação, permitirá à administração, aos professores, aos alunos da UNIPAN e a comunidade em geral, conhecer com maior profundidade a instituição, favorecendo o estabelecimento de ações administrativas e acadêmicas pertinentes à construção da entidade institucional.

### **1.7. Descrição dos Capítulos**

**Capítulo 1** - Introdução

**Capítulo 2** - Referencial Teórico

**Capítulo 3** - UNIPAN/FACIAP - União Pan-Americana de Ensino

**Capítulo 4** - Proposta de Modelo para avaliação Institucional da  
UNIPAN/FACIAP

**Capítulo 5** - Considerações Finais E Sugestões para Futuros Trabalhos

**Capítulo 6** - Referências Bibliográficas

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1. Evolução das Instituições de Ensino Superior no Brasil**

Segundo Simor (2000), a universidade é uma das instituições mais antigas na sociedade. Tem como berço, a Europa, cuja expansão estendeu-se por todos os continentes desde sua criação. No seu interior, em todo o decorrer da história, a universidade apresentou fortes dimensões conservadoras e revolucionárias, onde a presença do Estado e/ou da Igreja produziu padrões normativos à sociedade. No entanto, a universidade conseguiu manter um espaço para a contestação desses mesmos padrões.

Essa possibilidade de convivência com o novo e o velho, com submissão e contestação, do conservador com o revolucionário, faz da universidade uma instituição única, a qual permite a transformação da sociedade sem levar ao caos.

Para Rossato (1989), a universidade também surgiu no início do século XI, identificando-a como herdeira da cultura greco-romana.

No Brasil, o surgimento dessa instituição deu-se aproximadamente no final do século XIX, tendo sido criado as primeiras universidades no início do século XX, como resultado da ação do Estado, cuja forma assumiu a partir da reunião das escolas isoladas. Com isso, o Brasil iniciou as universidades como instituições desarticuladas, fragmentadas em campos de ensino, resultante de decreto para atender a interesses alheios ao ensino.

Segundo Schwartzman e Paim (2001), durante o período colonial não existia ensino superior no Brasil, salvo para as carreiras eclesiásticas. As primeiras escolas desse tipo seriam criadas com a mudança da Corte. Nos dez anos iniciais que se seguiram ao evento, estruturam-se cursos superiores de engenharia e medicina,

bem como dedicados à formação de diversos tipos de profissionais. A instauração de uma universidade somente seria cogitada no período final desse ciclo, quando a reforma da monarquia e, logo depois, a independência, parecem ter absorvido todas as energias. À iniciativa vincula-se o nome de José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), precisamente um dos mais insignes representantes da elite renovada, saída da universidade pombalina nas últimas décadas do século XVIII.

O Quadro 1, a seguir, apresenta a evolução do ensino superior até o ano de 1961.

**Quadro 1 - Evolução do ensino superior no Brasil.**

Data	Evento
808/1810	Criação das primeiras escolas superiores no Brasil: Escola de Cirurgia e Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia Academia da Marinha
1827	Escola de Engenharia e Arte Militares no Rio de Janeiro Criação do Curso de Ciências Jurídicas em São Paulo e em Olinda Criação do curso de Belas Artes
1909	Criação da Universidade de Manaus – funcionou até 1926
1912	Criação da Universidade do Paraná
1920	Criação da Universidade do Rio de Janeiro, com a reunião das escolas existentes em torno de uma Reitoria
1927	Criação da Universidade de Minas Gerais
1934	Criação da Universidade de São Paulo
1937	Universidade Estadual de Porto Alegre (posteriormente UFRGS).
1961	Reestruturação da Universidade do Rio de Janeiro e transformada em Universidade do Brasil. Criação da Universidade Rural do Brasil no Rio de Janeiro
1961	Criação da Universidade de Brasília

Fonte: Vahl (*apud* SIMOR, 2000).

## **2.2. Princípios da Avaliação do PAIUB**

Os princípios da avaliação institucional, elencados no Programa de Avaliação Institucional de Universidades Brasileiras- PAIUB, são, segundo a interpretação de Ristoff (1996, p. 48), os seguintes:

### **Globalidade:**

Expressa a noção de que é necessário avaliarmos a instituição não só a partir de uma das suas atividades. O ensino, a pesquisa, a extensão, a administração, a qualidade das aulas, dos laboratórios, a titulação do corpo docente, a biblioteca, os registros escolares, as livrarias universitárias, os serviços, a organização do poder, o ambiente físico, o espírito e as tendências da vida acadêmica, enfim todos os elementos que compõem a vida universitária devem fazer parte da avaliação para que ela seja mais completa e possível.

### **Comparabilidade:**

A busca de um linguajar comum dentro da universidade e entre as universidades. Foi detectados oito significados para a palavra “aluno” em uso no país. A questão complica-se ainda mais (sob o ponto de vista da Comissão Nacional) quando tratamos de termos do gênero – termos que precisam urgentemente ser definidos.

### **Respeito à identidade institucional:**

Busca complementar as características próprias das instituições, visualizá-las no contexto das inúmeras diferenças existentes no país. Desempenho compatível com suas características. Este princípio, associado à metodologia proposta pela auto-avaliação, como estágio inicial da avaliação, possibilita reflexão sobre o que

são, e no que pretendem ser, ou seja, reflitam na sua identidade própria antes de serem, submetidas à avaliação propriamente dita – avaliação externa.

### **Não punição ou premiação:**

Ao contrário, deve prestar-se para auxiliar na identificação e na formulação de políticas, ações e medidas institucionais que impliquem atendimento específico ou subsídios adicionais para o aperfeiçoamento de insuficiências encontradas.

### **Adesão voluntária:**

O que se busca antes de tudo, é a compreensão da necessidade de instalarmos na universidade a cultura da avaliação – um conjunto de valores acadêmicos, atitudes e formas coletivas de conduta que tornem o ato avaliativo parte integrante do exercício diuturno de nossas funções. Este processo só encontrará êxito se for coletivamente construído e se puder contar com a intensa participação de membros, tanto nos procedimentos e implementação, como na utilização dos resultados.

### **A idéia é vencer convencendo e não impondo.**

A adesão voluntária garante a legitimidade técnica, e esta se expressa principalmente de duas maneiras:

Numa metodologia capaz de garantir a construção de indicadores adequados, acompanhados de uma abordagem analítica-interpretativa (capaz de dar significado e informações);

Na construção de informações fidedignas, em espaço de tempo capaz de ser absorvido pela comunidade acadêmica.



### **Continuidade:**

Este permitirá a comparabilidade dos dados de um determinado momento a outro, revelando o grau de eficácia das medidas adotadas a partir dos resultados obtidos. Permite também testar a própria confiabilidade tanto dos instrumentos quanto dos resultados. Em função deste princípio o PAIUB prevê a reavaliação como etapa posterior à avaliação externa.

A identidade institucional é princípio inerente à avaliação institucional, bem como a legitimidade e a continuidade do processo, que são também princípios que devem estar presentes, refletindo-se no método adotado e nos instrumentos de coleta definidos, com o sentido de que possam garantir informações fidedignas e a continuidade na sistemática adotada na coleta, análise e interpretação dos resultados, amparando a tomada de decisão pela gestão universitária, o Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI e o Planejamento Estratégico da Instituição

### **2.3. Funções, objetivos e finalidades da Avaliação Institucional**

Segundo Davok (2000), avaliar ou avaliação são palavras que fazem parte do cotidiano, as quais são empregadas de forma e significados diversos.

Tramontin e Monteiro (2001) conceitua de várias maneiras a palavra avaliação:

- Avaliação é um processo de reflexão do cotidiano sobre toda e qualquer atividade humana, que permite conhecer, melhorar e orientar as ações individuais e sociais.

- A palavra avaliação, como ato ou efeito de avaliar, significa análise ou apreciação, medida e comparação. Em sentido lato, assistemático ou informal, significa valorar pela emissão de juízo de valor. Freitas e Silveira (1997).

- A avaliação é instrumento de mudança da cultura das IES. É uma intervenção política, ética e pedagógica que supõe uma apurada análise da realidade das escolas dedicadas ao ensino de terceiro grau.

- É um processo de - reflexão sistemática, metódica, organizada, intencional, teleológica. É um voltar-se para si mesmo, com um olhar também para fora e para longe, vislumbrando o efeito, a consequência do quanto, do quando, do que, do como, do porquê, do para quê se está fazendo este tipo de ensino.

- A avaliação é um momento de auto-educação: um pensar a própria instituição, sobre o que se tem feito ou deixado de fazer. É um perguntar-se constante e consciente. É um pensar livre, porém crítico. É um acompanhar do processo de construção. É uma comparação entre o que se pretendeu e os resultados obtidos. É a atribuição de um juízo de valor. A avaliação é o processo que a instituição empreende na direção da auto-reflexão sobre suas finalidades, seus processos e seus resultados.

- A avaliação é o caminho, a estratégia e o horizonte para averiguar, conservar e/ou aprimorar a qualidade do projeto de ação pedagógica da instituição.

Para os autores, este paradigma de avaliação acena para o compromisso de envolvimento, de legitimidade e de globalidade do diagnóstico a ser realizado gradualmente, percorrendo todas as dimensões e atores envolvidos no processo de construção da qualidade institucional.

Para que se realize uma avaliação, torna-se necessário a existência de parâmetros, pois somente através de comparação é que se pode avaliar o objeto em questão.

- Comparar significa, inevitavelmente, confrontar pessoas, instituições, tendo como referência padrões, considerados desejáveis e, sobretudo, privilegiadamente escassos. Os melhores são sempre poucos

Para que se realize uma avaliação torna-se necessário a adoção de normas, padrões e critérios de avaliação e paradigma.

Norma: É preceito legal, regra, procedimento. Norma (grego) significa esquadro. Logo = norma são elementos, regras, diretrizes de enquadramento a uma determinada situação.

Padrão: É modelo de enquadramento a uma determinada situação. Modelo, no caso Brasileiro, determinado pelo MEC.

Critério: - (kriterion) – significa aquilo que serve de norma, para julgar, decidir ou proceder. Constitui-se modelo para apreciar, julgar, decidir sobre pessoas, projetos, instituições, etc. É um ponto de vista adotado numa determinada circunstância política ou administrativa.

Paradigma: Paradigma é um conjunto de regras e crenças fortíssimas (axiomas) que produzem dois efeitos: delimitam o território e ditam o procedimento dentro dele.

“Ou em outras palavras: paradigma – mínimo denominador comum que une teorias diferentes sob o mesmo teto ou conjunto de axiomas fortíssimos, obedecido por várias teorias, fazendo-as participar do clube do mesmo esquema básico de Maxwl, do mesmo núcleo de Lakatos, do mesmo quadro conceitual de de Gutting”  
Tramontin e Monteiro (2001).

Um paradigma é uma peneira composta de vários orifícios (axiomas). Cada axioma é um orifício desta peneira. Assim, a primeira tarefa do pesquisador é identificar os seus axiomas. E só através deles que podemos entender claramente quais são os filtros e os moldes daquele paradigma, qual o seu esquema matricial é o seu núcleo. Os adeptos de um determinado paradigma renovam continuamente as promessas do batismo, nos seus axiomas, não se afastando deles.

Os objetivos da avaliação institucional visam produzir mudanças nos padrões de comportamento da instituição e dos alunos, buscando identificar os pontos fracos e fortes dos planos de ensino, para tanto usa-se os seguintes expedientes listados por Tramontin e Monteiro (2001):

- Expediente de Pesquisa Diagnóstica (Avaliação Diagnóstica) – conhecer para analisar processos, procedimentos, estratégias, ações, resultados, avanços, recuos.

- Expediente de Controle (verificação do enquadramento a padrões estabelecidos) administrativo – geração de informações, análises e conseqüente tomada de decisões – por isso seu domínio é o da responsabilidade.

- Expediente de Classificação comparação, atribuição de conceitos classificatórios (A,B,C,D,E – CMB,CB, CR,CI).

- Expediente de inclusão pela análise de desempenho;

- Expediente de competência mais do que apenas competitividade, mérito, valoração.

A avaliação torna-se um componente intrínseco da reconstrução da qualidade, sendo que definir qualidade é fundamental para garantir um processo de interpretação avaliativa pertinente, coerente e relevante, que não incorra, nem no viés nem no reducionismo, nem na repetição cíclica e permanente.

Segundo os autores: TRAMONTIN e MONTEIRO (2001).

- A qualidade é o fiel da excelência acadêmica, da pertinência e da relevância social universitária. Este é o seu alicerce e seus critérios são construídos em bases sociais, históricas, culturais, políticas, filosóficas, éticas, epistemológicas e de comunicação, sendo, portanto, educativas. Essa qualidade refere-se à sociedade que queremos e produz-se de acordo com o sistema de valores dos grupos humanos.

Qualidade de ensino só se obtém por meio de gestões que se orientam por planejamentos globais e competentes que ousam articular o compromisso com os índices de produtividade, com a escolha produtiva e ética dos melhores caminhos ou atalhos a serem seguidos para simultaneamente responder ao mercado e à sociedade a quem prioritariamente se deve prestar contas. Essa parece ser condição básica para entender e superar os mitos e dilemas contidos no uso da avaliação como instrumento decisivo na busca da qualidade.

Nesta perspectiva, compreende-se que a finalidade última da avaliação não se esgota no âmbito da instituição, mas pode se constituir em uma estratégia para construir uma ponte efetiva entre esta e a realidade social, uma ponte que concretize o compromisso com a reconstrução do espaço social através do cumprimento de sua missão institucional.

Lembramos que qualidade não é o mesmo que Excelência – Qualidade está sempre sendo confundida com excelência. Até mesmo Pirsing *apud* Tramontin e Monteiro (2001), comete um erro ao afirmar que algumas coisas são melhores que

outras, isto é, têm mais qualidade. Frequentemente, as pessoas que falam em promover qualidade estão querendo dizer promover excelência.

Quando falamos em qualidade estamos nos referindo às características de um produto que se adequa da melhor forma à sua função, aos seus objetivos, ao fim a que se destina. Assim em ensino podemos distinguir dois tipos de qualidade, a formal que se refere às habilidades, aos conhecimentos mais atualizados no campo ou setor observado e que pode ser medido por meio de indicadores. Já qualidade política refere-se à eficácia da qualidade formal que se traduz na prática do conhecimento na sociedade, na comunidade ou no setor de atuação.

A avaliação é um meio fundamental para conhecer a relevância social dos objetivos definidos, o grau de avanço ou alcance dos mesmos, assim como a eficácia, impacto e eficiência das ações realizadas. A informação resultante é, então, a base para estabelecer as grandes linhas, as políticas e estratégias que orientam a evolução do ente objeto da avaliação.

A avaliação não existe apenas para comprovar o valor dos programas educacionais, mas também para melhorá-los.

A avaliação não é um fim em si mesma, senão que adquire sentido na medida em que apóia o desenvolvimento e melhoria do ente objeto da avaliação. É expediente processual e metodológico, que recebe sua maior razão de ser dos fins a que se destina.

Segundo Tramontin e Monteiro (2001), a avaliação é intrinsecamente fenômeno político. Como a avaliação está vinculada a processos qualitativos, estes

são instintivamente políticos. Por isso é importante discutir sempre qualidade formal, política da avaliação e as implicações ideológicas de todo o processo.

A avaliação deve ser parte integral dos processos de planejamento das tarefas acadêmicas e de apoio, e não um processo superposto para dar cumprimento a requerimentos ou demandas administrativas; devendo ser entendida como processo permanente que permite melhorar, de maneira gradual, contínua e sistemática, a qualidade acadêmica e não como um corte do que pode esperar, um conhecimento cabal, objetivo da situação. Deve incorporar uma visão diacrônica (ao longo do tempo) que permita avaliar avanços e resultados, identificar obstáculos e promover ações de melhoria acadêmica.

Os processos de avaliação que se impõem devem incidir sobre planos e programas de desenvolvimento em seus distintos âmbitos, desde o institucional até o nacional. Seu domínio é o da responsabilidade. Tem a ver com a geração de informações, análises da mesma e a conseqüente tomada de decisões. Estas características enfatizam o seu caráter dinâmico e contínuo.

A avaliação não pode se constituir em ato discreto, senão um discernimento concorrente com ação, cujo processo deve permitir alcançar o auto-conhecimento das instituições de educação superior em seus elementos constitutivos, e do sistema em seu conjunto, como base para a melhoria de sua qualidade acadêmica; e segundo numa definição de políticas e na alocação de recursos como meio de impulsionar mais racionalmente e com maior efetividade as funções, os programas e os projetos das instituições. A avaliação é um processo orientado para a tomada de decisões. Assim ela deve ser orientada para a ação; isso implica em identificar os

usuários da informação, pessoas estrategicamente colocadas que estejam comprometidas com suas funções.

A visão holística é um atributo do processo de avaliação. Esta visão permite contemplar o universo de assuntos a serem avaliados e conceber a avaliação como um conjunto de ações possíveis, que serão particularizadas para cada caso específico, em função do contexto situacional, das prioridades e do objeto de estudo.

A avaliação é, em última instância, um ato de contrastação entre categorias referentes à ação e categorias referentes a valores. Na avaliação da educação superior resulta inevitável a referência a um esquema de valores relacionados com a natureza de seu importante compromisso social; não devendo ser concebida como uma simples aplicação de instrumentos de medida, senão um processo que conduza a emissão de juízos de valor sobre o estado (situação) deste nível de ensino e o impacto social que produz.

Como todo o juízo de valor implica numa comparação entre o existente e o desejável, a avaliação da educação superior requer ou necessita de um modelo ou paradigma que funcione como marco referencial. Este paradigma não pode ser concebido como um modelo simples de caráter universal, porque seu grau de abstração o situaria na esfera do ideal. A missão social da educação superior no Brasil se distribui em um conjunto heterogêneo de instituições com relação a um conjunto de variáveis e categorias institucionais. Assim, qualquer modelo ou paradigma deve contemplar vários níveis de abstração no referente ao que deve ser (modelo ideal) ou a que modelo à educação se refere. O paradigma escolhido deve ser dinâmico orientado por valores, aspirações e demandas da sociedade e deve ajustar-se às circunstâncias em constante mutação para que tenha vitalidade plena.



## 2.4. Dimensão Política da Avaliação

a seguir relaciona a dimensão política da avaliação abordada pelos autores Tramontin e Monteiro (2001).

Quadro 2 - Dimensão Política da Avaliação

<b>Dimensão Política da Avaliação</b>
<p>Nenhum processo de avaliação pode excluir o avaliado;</p> <p>Todo o processo de avaliação deve dar chance de defesa ao avaliado;</p> <p>Todo processo de avaliação comprometido com educação não pode conviver com procedimentos sigilosos, arditos, obscuros, esotéricos.</p> <p>Todo o processo de avaliação deve permitir ao avaliado acesso ao processo e aos resultados da avaliação. Avaliação bem feita não precisa esconder-se.</p> <p>A autoridade do avaliador emerge do mérito historicamente comprovado e sempre questionável, não da imposição autoritária;</p> <p>Não se pode ocultar atrás de auto-avaliações, transformadas em táticas de auto-proteção ou autodefesa, por parte de avaliadores que temem ser questionados.</p> <p>Todo o processos de avaliação busca transformar a dialética do confronto em relação de diálogo, por conta do compromisso de sustentar as oportunidades do avaliado.</p> <p>Sendo a avaliação um fenômeno político tem as propriedades e riscos do fenômeno do poder;</p> <p>Os critérios de avaliação devem ser e estar abertos ao questionamento mais transparente e incisivo e por mais qualitativos que devam ser, precisam ser formulados de tal modo que sejam de fácil acesso e desimpedido;</p> <p>Toda instituição avaliadora ou grupo de avaliadores implica preferências ideológicas inevitáveis, por conta da tessitura do fenômeno avaliativo. A objetividade que se espera deles não é a presunção de neutralidade científica, mas a ética do tratamento justo.</p>

Fonte: Tramontin e Monteiro (2001).

## 2.5. Dimensão Qualitativa da Avaliação

A avaliação dirige-se ao cotejo da qualidade formal e política do processo educativo; consistindo em um processo de sustentação do bom desempenho de instituições e suas funções e do próprio educando e por isso deve ser permanente e contínuo e não intervenções ocasionais ou episódicas, extemporânea, intempestiva, ameaçadora.

Falar em avaliação qualitativa implica o compromisso ético e formal de garantir as condições favoráveis ao bom desempenho da instituição e do educando. Do lado do educando, a avaliação qualitativa significa o direito à oportunidade, que transcende sempre o mero desempenho quantitativo, alojando-se no espaço da cidadania competente.

A avaliação da qualidade formal é metodologicamente mais fácil de ser conduzida pelo fato de admitir expressões palpáveis. A avaliação da qualidade política implica em contexto específico de manejo da realidade onde é preciso:

- superar tendências reducionistas, não fragmentar o processo, trabalhar para convergência, discutir o dado; superar o mito de que é possível avaliar sem comparar.

Segundo Tramontin e Monteiro (2001), a primeira fase - de mensuração - caracterizou-se como a ausência de distinção entre avaliação e medida. Os estudos concentravam-se na elaboração de instrumentos ou testes, com a finalidade de verificar o rendimento escolar. O avaliador tinha papel eminentemente técnico, em que teste e exames eram indispensáveis para classificar e determinar o progresso do aluno.

A segunda fase - de descrição - buscava-se um melhor entendimento do objeto avaliação. O avaliador concentrava seus estudos em descrever padrões e critérios, ainda com atuação técnica bastante relevante. O termo “avaliação institucional” desenvolveu-se nesta fase, na expressão de Tyler (1934), considerado o “pai da avaliação”.

A terceira fase - de julgamento - partiu-se do pressuposto de que faltava clareza e visibilidade nos objetivos do processo avaliativo, o que o tornava inútil e irrelevante. Nesta fase, entendeu-se que o processo não podia esperar atingir seus resultados, para ser avaliado. Assim, o julgamento torna-se essencial. O julgamento passa a ser elemento crucial do processo avaliativo, pois não basta descrever e medir, é preciso julgar sobre todas as dimensões do objeto. Esta geração deu ênfase ao mérito e à relevância, que são características essenciais do juízo de valor.

A quarta e última etapa de evolução do conceito de avaliação, volta-se para a negociação, em um processo interativo, fundamentado num paradigma construtivista.

Esta fase desenvolveu-se a partir de preocupações, proposições ou controvérsias relacionados ao objeto de avaliação, quer seja um programa, um projeto, um curso ou até mesmo outro foco de atenção. Esta geração revela uma evolução no conceito de avaliação, sendo considerada como uma abordagem madura, que vai além da ciência, pois captam os aspectos humanos, políticos, sociais, culturais e éticos, os quais estão envolvidos no processo.

## **2.6. Diretrizes Nacionais para Avaliação Institucional**

### **2.6.1. O que diz a Constituição.**

Inciso VII – Art.206 – “A educação será ministrada com garantia de padrão de qualidade” - e segundo o artigo 209 - a educação é livre observado dois requisitos:

Obedecer às normas gerais da educação nacional = LDB

Autorização e avaliação de qualidade pelo poder público

### **2.6.2. O que diz a LDB?**

A educação será ministrada com garantia do padrão de qualidade (conf. Inciso IX – artigo 3º)

Incumbe a União – art. 9º

Inciso VIII - assegurar o processo nacional de avaliação das Instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

Inciso IX – avaliar os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino

### **2.6.3. O que diz o Decreto nº 2.026/96?**

Regulamenta o sistema de avaliação e fixa os principais indicadores para:

Avaliação Global

Avaliação das Instituições

## Avaliações de cursos

a) Avaliação Global, mediante a análise dos principais indicadores de desempenho global do sistema nacional de ensino superior, por região e unidades da federação, segundo as áreas de conhecimento e o tipo ou a natureza das instituições de ensino. Essa avaliação global tem como suporte as informações do Catálogo Geral de cada Instituição publicado anualmente, os dados do Censo Escolar e mais as informações das demais avaliações parciais, que formam um arquivo individualizado.

### **A avaliação Global tem como responsável o INEP.**

b) Avaliação Institucional, cujo foco deve ser a instituição em sua globalidade e que permite analisar informações sobre o comportamento e desempenho de todos os setores em seus diversos componentes e funções substantivas e adjetivas. Ela deve necessariamente acontecer de forma participativa, isto é, que todos os incluídos no processo sejam sujeitos e objetos do mesmo e que podem intervir na definição dos critérios e procedimentos, assim como na implementação e utilização dos resultados do processo. E para que produza resultados eficazes deve acontecer num ambiente de mútua confiança e responsabilidade social onde seu principal objetivo seja a melhoria da qualidade da instituição em todos os serviços e não como mera forma administrativa de controle do estado para análise de enquadramento institucional nas categorias previstas no Decreto 2.306/97. A avaliação Institucional pode ser Interna e Externa.

c) Avaliação dos Cursos de Graduação, que acontece de duas formas:

- exame nacional de cursos,

- avaliação das condições de oferta - que analisa cada curso com indicadores organizados em três grupos:

- qualificação do corpo docente;

- organização didático-pedagógica; e

- instalações (infra-estrutura), através de Comissões de Especialistas indicados pela Secretaria de Educação Superior do MEC.

d) Avaliação dos programas de Mestrado e doutorado, por área categorias previstas no Decreto 2.306/97: Universidade, Centro Universitário, Faculdades Integradas etc.de conhecimento: essa avaliação é realizada periodicamente pela Fundação CAPES e seus resultados são expressos numa escala numérica crescente 1 até 7, sendo que o mínimo aceitável para reconhecimento de curso é o conceito 3, correspondendo cada conceito a um grau crescente de consolidação e qualidade dos programas segundo os indicadores adotados.

### **O que são Indicadores?**

São elementos construídos com base em observações e, em geral, de tipo quantitativo, que nos dizem algo sobre algum (em nosso caso) do funcionamento da Instituição de ensino superior em que estamos interessados ou sobre mudanças que nela s estão verificando. É uma estatística de interesse normativo que facilita julgamentos concisos, compreensivos e equilibrados acerca da condição de aspectos específicos de uma instituição. Servem para medir a situação dos serviços e tendências respectivas

Os indicadores permitem descrever a situação ou as mudanças tanto do ponto de vista objetivo quanto subjetivo. Eles nos provêm de dados a serem analisados, se desejamos compreender, em termos objetivos e subjetivos, porque os fenômenos são de tal forma ou por que certas mudanças se verificaram.

Nas instituições, os indicadores tem função exploratória e descritiva no diagnóstico das diversas situações e na identificação e seleção de áreas específicas, com determinação de prioridades para o planejamento de determinadas ações, que podem ser corretivas, de incremento, dentre outras.

**Podemos identificar três tipos de indicadores:**

- de meios – que medem todos os tipos de meios que são mobilizados para a ação do sistema de intervenção, meios característicos para cada campo social considerado;

- de produto – que quantificam as saídas do sistema;

- de situação – os que situam no nível da realidade social e podem ser ou não resultado de intervenções de um ou vários sistemas.

**Critérios para estabelecimento de Indicadores:**

Os Indicadores devem ter pelo menos as seguintes características exigidas com relação a medidas de modo geral:

- Validade – representam as mudanças que se pretende atingir? Representam o fenômeno a ser observado?

- Precisão – fidedignidade – refere-se à consistência com que ele representa o fenômeno indicado;

- Objetividade – um indicador é objetivo na medida que se reduz a opinião ou julgamento pessoal;

- Independência – diferentes objetivos devem ser representados por indicadores distintos;

- Especificidade – explicitar parte substantiva, magnitude, tempo e o local onde foram observados;

- Comparabilidade – significado e valor condicionado ao poder ser comparado a outro indicador, padrão ou informação de referência.

### **Indicadores para o Processo de Avaliação**

Se avaliação pode ser entendida como o processo de se delinear, obter e fornecer informações para a tomada de decisões Stufflebean (1972), os indicadores tem papel relevante no processo.

-Indicadores para Avaliação de contexto;

-Indicadores para Avaliação de Entrada;

-Indicadores para Avaliação de Processo

-Indicadores para Avaliação de Produto

### **O que compreende o processo de avaliação de cursos e Instituições**

Segundo (Projeto de avaliação Institucional da UNIOESTE - 2002), o processo de avaliação de cursos e instituições no Brasil compreende:



Análise dos principais indicadores de desempenho global do sistema nacional de ensino superior, por região e unidade da federação, segundo as áreas do conhecimento e o tipo ou natureza das instituições de ensino;

Avaliação do desempenho individual das instituições de ensino superior, compreendendo todas as modalidades de ensino, pesquisa e extensão;

Avaliação do ensino de graduação, por curso, por meio da análise das condições de oferta pelas diferentes instituições de ensino e pela análise dos resultados do exame nacional de cursos;

Avaliação dos programas de Mestrado e Doutorado por área do conhecimento.

### **Indicadores de desempenho global do sistema**

Os indicadores do desempenho global do sistema nacional de ensino superior a ser levantado pela Secretaria de Avaliação e Informação Educacional Sobrinho e Balsan (1995). compreenderão:

- Taxa de Escolarização bruta e líquida;
- Taxas de disponibilidade e de utilização de vagas para o ingresso;
- Taxas de evasão e de produtividade;
- Tempo médio para conclusão dos cursos;
- Índices de qualificação do corpo docente;
- Relação média alunos por docente;
- Tamanho médio das turmas;
- Participação da despesa com o ensino superior nas despesas públicas com educação;
- Despesas públicas por aluno no ensino superior público;

-Despesa por aluno em relação ao produto interno bruto por habitante nos sistemas público e privado;

-Proporção da despesa pública com a remuneração de professores.

### **Aspectos a serem considerados na avaliação individual das Instituições de Ensino Superior**

Segundo Dilvo Ildo Ristoff, a Secretaria de Ensino Superior designará Comissão Externa à Instituição que procederá a avaliação considerando os seguintes aspectos:

Administração geral: efetividade de funcionamento dos órgãos colegiados; relação entre a entidade mantenedora e a instituição de ensino; eficiência das atividades meio em relação aos objetivos institucionais;

Administração acadêmica: adequação dos currículos dos cursos de graduação e da gestão de sua execução; adequação do controle de atendimento às exigências regimentais de execução do currículo; adequação dos critérios e procedimentos de avaliação do rendimento escolar;

Integração Social: avaliação do grau de inserção da instituição na comunidade local e regional, por meio dos programas de extensão e de prestação de serviços;

Produção científica, cultural e tecnológica: avaliação da produtividade em relação à disponibilidade de docentes qualificados, considerando o seu regime de trabalho na instituição.

A Comissão Externa deve levar em conta nos seus trabalhos de avaliação da instituição:

- os resultados da auto-avaliação realizada pela própria instituição;

- as avaliações dos cursos realizadas pelas Comissões de Especialistas;
- os resultados dos exames nacionais de cursos,
- a avaliação da pós-graduação conduzida pela Capes; e
- a análise dos indicadores do desempenho global realizado pela Secretaria de Avaliação e Informação Educacional.

### **Indicadores para avaliação dos Cursos de Graduação**

Segundo Dilvo Ildo Ristoff avaliação dos cursos de graduação, a análise das condições de oferta pelas instituições de ensino superior, considerará:

A organização didático-pedagógica;

A adequação das instalações físicas em geral;

Adequação das instalações especiais, tais como laboratórios, oficinas e outros ambientes indispensáveis à execução do currículo;

A qualificação do corpo docente;

As bibliotecas com atenção para o acervo bibliográfico, inclusive livros e periódicos, regime de funcionamento, modernização dos serviços e adequação ambiental.

Nos instrumentos para avaliação de cursos ressalte-se a presença obrigatória de três ordens de indicadores com diferentes pesos:

-Corpo Docente;

-Organização Didático – Pedagógica;

-Infra-estrutura.

I. Na avaliação do corpo docente são considerados

-Regime de Trabalho;

-Titulação Acadêmica;

-Percentual de Docentes com formação diversa para as disciplinas específicas do curso;

-Docentes do curso que ministrem disciplinas em pós-graduação na instituição ou fora dela;

-Produção científica do corpo docente, nos últimos anos considerando-se o percentual dos que publicaram livros, capítulos ou artigos em livros ou artigos em revistas específicas ligadas a área do curso em circulação nacional;

-Percentual de docentes com especialização completa e sem pós-graduação stricto sensu;

-Critérios para a progressão na carreira docente;

-Qualificação e regime de trabalho do responsável pela coordenação ou direção acadêmica do curso;

-Percentual do corpo docente envolvido em atividades docentes extraclasse;

-Percentual dos professores do curso participantes de programa de capacitação docente, nos últimos anos;

-Experiência profissional de mais da metade do corpo docente em outras atividades não acadêmicas;

-Endogenia (percentual de docentes que obtiveram sua titulação mais alta na própria instituição);

-Experiência de magistério superior em qualquer IES, mais da metade do corpo docente;

-Relação média docente/aluno, considerando o parâmetro do docente em tempo integral.

II. Na avaliação da organização didático-pedagógica são considerados:

II. 1. Estrutura Curricular, observado os seguintes itens:

- grade e interdisciplinaridade e integração entre as disciplinas;
- integração entre teoria e prática nas disciplinas e matérias;
- correspondência do currículo às habilidades e ao perfil profissional;
- atividades complementares: grau de detalhamento e distribuição da carga horária;

- área de concentração/especialização: quando previstas (adequação); correspondência com os objetivos do curso; não repetitivas das disciplinas obrigatórias e quando não previstas (não prejudica a vocação do curso); há suficiente flexibilidade dos conteúdos programáticos;

- interação das atividades de ensino com a pesquisa e a extensão;
- grade de oferta de disciplinas além do conteúdo mínimo;
- cumprimento efetivo dos conteúdos programáticos;
- atualização dos programas;
- integração da graduação com a pós-graduação quando houver;
- grau de atendimento do projeto pedagógico do curso às condições e perspectivas do mercado de trabalho regional e às demandas gerais da sociedade;
- existência de serviço permanente de acompanhamento de egressos, inclusive de seu desempenho em exames profissionais, concursos públicos e de seu destino ocupacional.

*II. 2. - Pesquisa e produção científica, observados os seguintes itens:*

- existência de núcleo de apoio, fomento e acompanhamento de pesquisa no curso, como atividade permanente e institucionalizada;
- qualidade dos projetos/linhas de pesquisa;
- mínimo de 10% de professores envolvidos em projetos de pesquisa reconhecidos pela instituição;

-produção científica do corpo docente, nos últimos cinco anos, considerando seu conjunto e qualidade;

-publicação regular de periódicos ou revistas pelo curso, inclusive com produção dos professores e alunos;

-apresentação de trabalhos, comunicações e conferências em eventos científico-culturais, nos últimos dois anos (mínimo de 10% dos docentes).

*III.3. Atividades permanentes de extensão, observados os seguintes itens:*

-programas de atendimento direto à comunidade;

-convênios com entidades para atuação orientada dos discentes em atividades de extensão;

-existência de coordenação específica;

-existência de atividades de formação continuada;

-existência de eventos extracurriculares periódicos.

**III. Infra-Estrutura.**

*III. 1. – Instalações disponíveis, observados os seguintes itens:*

-número e adequação de salas de aula disponíveis em cada turno, considerados área, instalações, ventilação, iluminação, equipamentos didáticos, acesso, acústica;

-instalação e equipamentos adequados de informática para atendimento aos professores, alunos e administração;

-acesso a redes de comunicação científica;

-coordenação acadêmica e acesso aos registros acadêmicos, no próprio curso, considerados atendimento, organização e facilidade de acesso aos alunos;

-auditório;

-instalações adequadas para os docentes;

- recursos audiovisuais;
- instalações de juizado especial;
- instalações adequadas para a administração, secretarias e coordenações de curso.

*III. 2 – Biblioteca, observados os seguintes itens;*

- horário de funcionamento adequados ao curso;
- informatização do acervo;
- participação em redes de comunicação;
- integração do curso com a biblioteca para atualização do acervo;
- sistema de empréstimo de livros aos estudantes, com funcionamento regular e estatística;
- número mínimo de títulos e exemplares de livros atualizados para cada grupo de 1.000 alunos;
- equipamentos adequados para o uso de consulentes;
- espaço físico adequado para salas de leitura e de trabalhos individuais ou em grupo;
- pessoal técnico-administrativo adequado;
- assinatura de jornais e revistas especializadas disponíveis aos consulentes.

**2.6.4. O que estabelece o Decreto 2.306, de 19 de agosto de 1996?**

O artigo 19 estabelece que no prazo de um ano a contar da publicação da Lei 9.394/96 as universidades deveriam apresentar à Secretaria da Educação Superior plano para cumprimento das exigências constantes do Inciso II do artigo 52 da citada lei (um terço do corpo docente com titulação de mestre e doutor e um terço

em tempo integral) tendo em vista o disposto no §2º do artigo 88 da Lei (oito anos de prazo).

Estabelece ainda que, para fins de credenciamento, o Conselho Nacional de Educação fixará as normas de transição, até o oitavo ano.

#### **2.6.5. O que diz a Portaria 752, de 2 de julho de 1997?**

A Portaria que dispõe sobre a autorização para funcionamento de cursos fora de sede em universidades, estabelece no artigo 10º que “o novo campus da universidade e respectivos cursos, autorizados e implantados de acordo com o tramite previsto nesta portaria, será submetido à avaliação conjunta com a universidade para fins de credenciamento”.

#### **2.6.6. O que diz a Portaria 2.175, de 27 de novembro de 1997?**

A portaria, em seu artigo 1º, que permite às universidades a expansão dos cursos de graduação, em até três municípios da mesma unidade da Federação, se forem avaliados com A e B em dois anos consecutivos, diz no seu §2º que o caput do artigo se aplica também aos centros universitários.

O que a portaria deixa entrever é que no processo de credenciamento de universidades pode haver descredenciamento com a possibilidade de sua transformação em centros universitários.

#### **2.6.7. O que diz a Portaria 302, de 7 de abril de 1998?**

A portaria de regulamenta o processo de avaliação das instituições de ensino superior estabelecendo:

“Art. 1º A avaliação do desempenho individual das instituições de ensino superior, compreendendo todas as modalidades de ensino, pesquisa e extensão,



conforme disposto no art. 1º, inciso II, do Decreto 2.026, de 1996, será realizada pela Secretaria de Educação Superior – SESu, no âmbito do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB.

Parágrafo único. A SESu constituirá um Comitê Assessor do Programa integrado por especialistas com notória experiência em procedimentos de avaliação institucional para colaborar na consecução da avaliação de que trata o caput deste artigo.

Art. 2º O processo de avaliação de que trata o artigo anterior constitui uma atividade permanente e compreende:

I – processo de auto-avaliação, conduzindo pela própria instituição observadas as orientações e parâmetros estabelecidos pela Sesu, ouvido o Comitê Assessor;

II – avaliação externa, a qual incluirá visita in loco , observadas as orientações e parâmetros estabelecidos pela SESu, ouvido o Comitê Assessor;

III – apreciação dos relatórios da avaliação interna e da avaliação externa pelo Comitê Assessor do PAIUB, bem como de quaisquer outros procedimentos avaliativos ocorridos na instituição.

Art. 3º As instituições de ensino superior que desejarem integrar-se ao processo de que trata o art. 1º desta Portaria deverão enviar ao MEC documento contendo:

I – planejamento e projeto detalhado de implantação e desenvolvimento da avaliação institucional, incluindo descrição do órgão responsável e definição da inserção deste na estrutura organizacional da instituição;

II – manifestação do colegiado superior da instituição em relação ao seu compromisso com o programa e formas de acompanhamento interno.

§ 1º As Instituições já integradas ao PAIUB deverão manifestar à SESu seu interesse em dar continuidade ao Programa nos termos da presente Portaria, enviando:

I – relatório circunstanciado contendo descrição e resultados alcançados nas etapas já realizadas;

II – proposta de continuidade contendo o planejamento de ações futuras.

§ 2º O Comitê Assessor do Programa analisará os projetos e relatórios concluindo por recomendar ou não o reconhecimento pela SESu do programa de avaliação da instituição.

§ 3º O Comitê Assessor do Programa emitirá as orientações necessárias à elaboração dos documentos mencionados neste artigo.

Art. 4º O Comitê Assessor fará o acompanhamento do desenvolvimento do Programa em cada instituição, pela análise de relatórios periódicos e, quando for o caso, realizando visitas in loco, relatando ao Secretário da SESu suas conclusões e recomendações.

Art. 5º A SESu poderá apoiar com recursos atividades de avaliação institucional nas instituições.

Parágrafo único. O Apoio de que trata o caput deste artigo dependerá de análise de mérito realizada pelo Comitê Assessor do PAIUB.

Art. 6º Os resultados da avaliação do desempenho individual das instituições de ensino superior serão incorporados aos relatórios da SESu para fins de autorização e reconhecimento de cursos, credenciamento e credenciamento de instituições e utilizados na orientação de outras políticas do Ministério da Educação e Desporto de qualificação do ensino superior“.

## **Avaliação Interna e Avaliação Externa**

Nas instituições o processo de avaliação desenvolve-se em duas vertentes: interna e externa.

A **avaliação interna** consiste em um momento de reflexão da instituição sobre suas diversas dimensões, em um processo de auto-avaliação. A perspectiva é que, considerando um conjunto de indicadores e inferências, a instituição possa analisar os vários dados de forma a qualificá-los, gerando relatórios que reflitam a percepção de si mesma.

A **avaliação externa**, que não deve ser confundida com a avaliação externa promovida pelo sistema federal de ensino – tem o papel de complementar a avaliação interna e é desenvolvida por pares de outras IES ou profissionais com alta titulação e/ou experiência relevante, representando entidades profissionais de trabalhadores e de empregadores, egressos, associações científicas etc. Requer, tanto dos avaliadores externos quanto da comunidade acadêmica, capacidade de discriminação, disponibilidade para o diálogo e sentido de participação.

### **2.7. Pressupostos da Avaliação Institucional**

Para o desencadeamento do Processo de Avaliação Institucional deve-se verificar previamente:

- Existência de Projeto Institucional e Pedagógico da Instituição - PIP
- Existência de Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI
- Existência de Projetos Pedagógicos de Cursos Atualizados em atendimento aos Padrões mínimos de qualidade e os conseqüentes Planos ou Projetos de Ensino como desdobramento de cada Projeto de Curso

Os procedimentos para atendimento aos princípios da avaliação institucional, voltam-se para a aceitação da necessidade de avaliar os múltiplos aspectos da IES, com o envolvimento direto da comunidade acadêmica, em sua execução e na implantação de medidas que buscam a qualidade e a excelência acadêmica, sendo reconhecida à legitimidade do processo, a pertinência dos princípios e a definição dos critérios adotados. Para tanto, há que destacar que o PAC pressupõe:

a) Negociação

A importância e a necessidade da negociação permanente, como processo de mediação entre os diversos elementos participativos da avaliação, se apresenta, na medida em que o PAC permite:

- conhecer e discutir o Projeto Institucional-Pedagógico;
- esclarecer as regras do jogo;
- construir alternativas de solução aos problemas detectados;
- desmistificar o papel burocrático da avaliação;
- formular rumos de ações viáveis para a instituição como um todo

b) Flexibilidade:

O PAC não deve ser imposto. Deve privilegiar a autonomia dos diversos cursos e respectivos colegiados, como fórum mais adequado para conduzir e liderar o processo avaliativo, ao nível das unidades de ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão.

Ao mesmo tempo em que se respeita essa autonomia, onde cada segmento pode discutir, opinar e propor, garante-se uma linha diretriz e uma visão de globalidade da avaliação, na medida em que seus princípios permeiam constantemente todo esse processo, através do Projeto Institucional-Pedagógico.

c) Construção Coletiva:

O PAC busca formas participativas na formulação dos objetivos, desde os mais gerais - abrangendo a instituição como um todo, considerando sua missão e finalidades - até os propósitos mais específicos de cada unidade ou curso. Essa construção coletiva se insere na idéia de avaliação como um processo contínuo, permanente e participativo, cujo produto é o aperfeiçoamento do Projeto Institucional-Pedagógico.

d) Leveza:

Característica fundamental para instalar o debate com a comunidade assegurando a flexibilidade e a construção coletiva na reinterpretação da lei e no entendimento do processo, no sentido de maximizar seus avanços e atenuar os retrocessos, dando suporte à interpretação dos resultados, favorecendo as rupturas com o instituído e as mudanças paradigmáticas, no sentido da busca qualitativa e de excelência:

- como forma de conduzir o processo de modo pró-ativo, buscando a emancipação dos sujeitos envolvidos, pelo respeito à autonomia da instituição para definir a sua missão;
- como forma de enfrentar as tensões inerentes a todo processo avaliativo, em especial àqueles regidos pela competitividade e pela comparação interinstitucional.

e) Exatidão:

- Busca do rigor metodológico e ético para atender aos princípios, critérios e indicadores selecionados como imprescindíveis à inclusão ou à manutenção da instituição no sistema de ensino superior.

f) Visibilidade:

Explicitação do que se pretende com a avaliação, os micro e macro-objetivos que se busca ratificar.

g) Multiplicidade

Reconhecimento da avaliação como fenômeno multifacetado, polissêmico, plural. Daí deriva a aceitação da avaliação como conceito carregado de ambigüidades, sujeito a múltiplas significações, fruto de encontros e desencontros em que a intersubjetividade imprime sua marca.

**Objetivo**

- Impulsionar um processo contínuo e criativo de autocrítica da instituição, com vistas a garantir um alto padrão de qualidade como organização social prestadora de serviços;

- Diagnosticar como se efetivam e se relacionam o ensino, a pesquisa e a extensão;

- Reformular e implementar novas políticas que estejam em consonância com o momento histórico, respondendo às demandas sociais;

- Envolver todos os segmentos no processo avaliativo, tendo-os como parceiros nas ações implementadas, com vistas a um aperfeiçoamento contínuo, cuidando para que todo o processo seja permeado pela transparência, flexibilidade e ética;

- Aperfeiçoar a visão crítica quanto aos aspectos teóricos, metodológicos e práticos da avaliação institucional;

- Criar procedimentos avaliativos apropriados ao contexto específico da instituição;

- Aprimorar a sensibilidade pessoal e profissional no exercício da avaliação;
- Buscar permanentemente a qualidade e a pertinência das atividades desenvolvidas, bem como, o gerenciamento eficiente, ético e relevante dos fatores humanos e recursos materiais e da tecnologia da informação, expressados em compromissos científicos e sociais.

A avaliação institucional é um requisito básico para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional

### **Método**

O PAC pauta-se em duas naturezas de pressupostos: os de cunho político-filosófico e os de natureza técnico-científica.

Os de cunho político-filosófico são:

- A avaliação atende à característica de globalidade, bem como de especificidade na medida em que leva em consideração, nas atividades-fim e atividades-meio, o caráter de indissociabilidade e de interface das dimensões ensino, produção acadêmica, extensão e gestão;
- A avaliação envolve uma intensa participação de todos os membros da comunidade acadêmica;
- A avaliação ressalta e integra esforços e experiências já existentes na instituição;
- A avaliação tem caráter contínuo e sistemático, suportado pela existência de uma vontade política e uma infra-estrutura capaz de assegurá-la.

Os de natureza técnico-científica dizem respeito a uma metodologia quantitativo-qualitativa que:

- instale e acione um sistema de coleta de informações centralizadas e descentralizadas que, de modo ágil e preciso, leve a dados relevantes para efeito de diagnóstico, controle e auto-conhecimento;
- que permita analisar, explicar e compreender os fenômenos acadêmico-pedagógicos, com vistas à superação de dificuldades e transformação da realidade educacional que permita oferecer modelos analíticos e interpretativos para a obtenção de inferências a partir de indicadores quantitativos fidedignos.

## **Etapas**

O PAC tem como ponto de partida a sensibilização da comunidade acadêmica.

Para que a sensibilização ocorra e o processo avaliativo fique claro para todos, o órgão encarregado do desenvolvimento do PAC deve elaborar um esquema que garanta a transparência do processo, a informação clara e fidedigna e as orientações necessárias aos responsáveis diretos pelas ações.

Para tanto, a promoção de eventos como seminários, fóruns e reuniões deverão ser implementados, no sentido de dar conhecimento dos princípios, dos critérios, dos indicadores, dos métodos, da legislação vigente e dos objetivos norteadores da avaliação institucional brasileira. Nesta primeira etapa, a sensibilização deverá voltar-se para o conhecimento dos princípios e objetivos norteadores da própria avaliação institucional.

A avaliação interna consiste em um diagnóstico de sondagem deste ambiente, verificando o alinhamento institucional às políticas educacionais e ao mercado. Auto-visão da instituição. Basicamente esta etapa é conduzida no sentido



de levantar opiniões, coletar dados e informações sobre a graduação e a pós-graduação, a pesquisa, a extensão e a gestão, promovendo exame da situação organizacional. Para tanto, há necessidade da coleta, registro, descrição e análise de dados primários e secundários para avaliação diagnóstica e auto-avaliação.

Esta avaliação deve ser conduzida tomando-se como base os indicadores de qualidade nacionalmente aceitos e definidos pelo PAIUB, pelas atuais Comissões de Especialistas de Ensino-CEE, da Secretaria de Ensino Superior-SESu, do Ministério da Educação-MEC, em cada curso de graduação, e pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES, para a pós-graduação.

O ideal é problematizar o diagnóstico à luz de referências claras, manejadas por um gestor competente, capaz de reinterpretar as brechas da lei e de se posicionar com criatividade na condução dos rumos de sua instituição.

O Quadro 3 apresenta as etapas, os objetivos e as ações ou métodos da Avaliação Institucional.

### Quadro 3 – Apresentação da Avaliação Institucional

ETAPAS	OBJETIVOS	AÇÕES/METODOS	RESP.
1. Preparação	Conscientizar para os valores da avaliação institucional	Apresentar o programa de Avaliação Institucional Elencar os aspectos legais da Avaliação Institucional, no Brasil	Equipe
Processo Avaliativo	Sensibilizar para o processo de avaliação Institucional	Identificar os princípios norteadores e os objetivos da avaliação institucional da Sesu/MEC; Seminários; Fóruns reflexivos; Grupo de trabalho; recursos multimídia para apresentação a uma platéia; Midia impressa; Mídia eletrônica e Outras mídias	Equipe
2.Avaliação Interna	Verificar o alinhamento institucional às políticas educacionais do governo e ao mercado; Realizar a auto-avaliação das IES, possibilitando o autoconhecimento dos cursos de graduação, dos programas de Pós-graduação e de pesquisa e de extensão e da gestão; Descrever a situação das IES, em termos de desempenho organizacional.	Coletar, registrar, descrever, analisar e interpretar dados quantitativos, por meio do método científico. <b>Indicadores Institucionais:</b> graduação (PAIUB); pós-graduação(capes); pesquisa (capes); extensão(IES); Gestão (PAIUB). <b>Padrões de Qualidade:</b> graduação (CES/SESU); pós-graduação(capes). <b>Instrumentos de Coleta de dados (quem elabora e fornece):</b> graduação; pós-graduação; pesquisa; extensão/cultura; gestão; infra-estrutura <b>Instrumentos:</b> Formulários; Questionários; Análise documental. <b>Formulários:</b> Padrões de qualidade das CEE/SESU/MEC, para cada curso de graduação:www.mec.gov.Br; Formulário capes: www.capes.gov.br <b>Questionários:</b> 1. Corpo Docente: desempenho docente; 2. Corpo discente: desempenho discente; 3.Corpo Técnico- Administrativo: Desempenho do técnico-administrativo.	

		<p>4. Egressos: desempenho do egresso em relação ao mercado de trabalho; perfil profissional; adequação ao currículo/disciplina às necessidades futuras; qualidade do curso no mercado de trabalho.</p> <p>5. Curso: Currículo do curso – interdisciplinaridade;</p> <p><b>Disciplinas do curso quanto ao:</b> Plano de ensino; Fontes Bibliográficas; Procedimentos didáticos; Conteúdo ministrado; Instrumentos de Avaliação; Atividades práticas e de pesquisa (estágios, monitoria, iniciação científica); Condições para o desenvolvimento das disciplinas em termos de recursos humanos e de infra-estrutura disponível (biblioteca, laboratórios, oficinas, <i>atelier</i>, outros)</p>	
--	--	--	--

Fonte: Adaptado de Alves (1991).

**Avaliação Externa** – assim como a avaliação interna, a avaliação externa é conduzida para verificação do alinhamento institucional às políticas educacionais e ao mercado. É a hétéro visão da instituição. Realiza-se *in loco*, na Instituição, focalizando seus amplos aspectos, como oportunidade crítica, em que pares acadêmico–científicos, integrantes das CEE/SESu/MEC e do Comitê Assessor do PAIUB, assim como das sociedades científicas, dos conselhos profissionais, das autoridades patronais, das entidades de trabalhadores e de outras organizações não governamentais, bem como alunos egressos, entre outros, participam do exame da prática universitária, com vistas à formulação e acompanhamento de suas políticas institucionais.

A avaliação externa constitui-se em componente novo e desafiador, pressupondo a disponibilidade para o diálogo e sentido de participação, pelos avaliadores, em um contexto de hétéro-avaliação. Este tipo de avaliação contempla igualmente, os aspectos da graduação, da pós-graduação, da pesquisa, da extensão e da gestão, efetivando acompanhamento da situação organizacional.

**No âmbito institucional**, a avaliação externa ou hétéro-avaliação constitui-se em componente novo e desafiador, ma nem por isso menos estimulante. Requer, tanto dos avaliadores externos (sejam eles governamentais, ou não) quanto da comunidade acadêmica, capacidade de discriminação, disponibilidade para o diálogo e sentido de participação. Para tanto, a avaliação externa deve ser realizada por profissionais com titulação e experiência relevante, representando os pares acadêmico-científicos, entidades profissionais de trabalhadores e de empregadores, egressos, associações científicas etc. Nesta fase, as especificidades institucionais da região, e de regiões onde atua a IES, inclusive quanto aos aspectos conjunturais,

tais como padrões salariais, entre outros, que possam afetar motivações e o desempenho de estudantes e professores são também avaliados.

**Quadro 4 – Normatizações da Avaliação Externa**

ETAPA	OBJETIVOS	AÇÕES/MÉTODOS	RESP.
<p>3.Avaliação Externa: crítica das IES por pares acadêmicos/científicos</p>	<p>Realizar a hetero-avaliação da IES, possibilitando a hetero-avaliação para autorização de cursos sequenciais e de graduação;</p> <p>reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos sequenciais; de graduação e de programas de mestrado e doutorado;</p> <p>credenciamento institucional; avaliação das condições de oferta; resultados do Exame Nacional de Cursos.</p> <p>Verificar o atendimento da IES às políticas educacionais do governo e do mercado.</p>	<p>. Identificar, analisar criticamente e propor ações de melhoria dos cursos, programas de gestão da IES, tomando como base, inclusive, os relatórios da fase da avaliação interna, da avaliação das condições de oferta, os resultados do Exame Nacional de Cursos, os relatórios da Capes, etc.</p> <p>.formas de avaliação definidas pelos membros designados e convidados, estando entre elas, as visitas” in loco” e a análise documental.</p>	<p>Integrantes da CEE/SESU/MEC</p> <p>Comitê Assessor do PAIUB, Comitês da Capes, designados pelo MEC.</p> <p>Participantes das sociedades científicas, dos conselhos profissionais, convidados pela IES</p>

Fonte: Adaptado de Alves (1991).

## **Avaliação Global**

Exame da situação real (interna e externa) da instituição, frente às políticas educacionais e de mercado. Visão ampliada da instituição. Nesta etapa, há coleta, registro, descrição, análise crítica e reflexão do processo de avaliação institucional e de seus resultados, em forma de meta-avaliação. Nesta etapa, a avaliação global efetua análise comparativa entre os resultados da avaliação interna e externa; elenca pontos fortes e áreas de estrangulamento da instituição; sugere metas e ações corretivas para mudanças, se necessárias; oferece subsídios ao planejamento estratégico e ao processo de tomada de decisão.

O processo de reflexão, desencadeado pela avaliação, tem como consequência levar a instituição a assumir a responsabilidade efetiva da gestão política e da gestão acadêmica e científica da instituição. Quando a instituição se conhece e reflete sobre si própria, ela está tomando o seu destino nas próprias mãos. Não está deixando que a rotina, as pressões externas ou as políticas governamentais determinem as suas prioridades e o seu cotidiano. O auto-conhecimento pode conduzir ao aperfeiçoamento, à melhoria da qualidade do funcionamento da instituição, de suas atividades, das ações desenvolvidas por todos os sujeitos, em todos os processos de ensino, de pesquisa, de extensão e de gestão.

### Quadro 5 – Normatizações e ações da avaliação global

ETAPA	OBJETIVOS	AÇÕES/MÉTODOS	RESP.
<b>Avaliação Global</b> Consolidação dos resultados das etapas da avaliação interna e externa	Possibilitar conhecimento permanente dos pontos fortes e fracos da IES;  Elencar ações corretivas para aperfeiçoamento do desempenho da IES, nos aspectos de ensino, pesquisa, pós-graduação, extensão/cultura e gestão; subsidiar o processo de tomada de decisão na IES;  Realimentar o processo de avaliação institucional.	Organizar, interpretar e sintetizar os dados coletados nas fases de auto-avaliação e hetero-avaliação; Consolidar sugestões dos coordenadores e colegiados dos cursos, quanto ao relatório geral; Preparar relatório geral, descrevendo o processo avaliativo e os resultados da avaliação institucional; Enviar o relatório geral aos Coordenadores e Colegiados dos cursos, para apreciação. .Análise Documental Grupos de trabalho	Comitê de Avaliação da IES

Fonte: Adaptado de Alves (1991).

**Meta-avaliação** - apreciação crítica e realimentação do processo de avaliação, com sugestões para aperfeiçoamento do próprio processo. Para tanto, nesta etapa, a equipe de avaliação da instituição compara o projeto da avaliação institucional com os resultados do processo de avaliação interna e externa; efetiva reflexão ampla sobre princípios, critérios, indicadores, métodos, legislação e objetivos da avaliação institucional; promove ajustes do processo às novas necessidades e realidades institucionais, de políticas educacionais e de mercado; avalia e realimenta, de maneira contínua, o próprio processo de avaliação.

Na visão de Penna Firme (1994, p.6), quatro critérios devem nortear os fundamentos essenciais para avaliar a própria avaliação: utilidade, viabilidade, exatidão e ética. De forma geral, deverá ser verificar se o processo, de forma ampla, foi útil à Instituição; viável no tempo, no espaço e quanto às condições técnica, administrativa, política e social; corretamente conduzido; e se a avaliação



foi justa, transparente e participativa, não ferindo valores e mantendo o devido respeito com os participantes.

### Quadro 6 – Auto-avaliação

ETAPA	OBJETIVOS	AÇÕES/MÉTODOS	RESP.
5.Meta-Avaliação Exame do processo avaliativo da IES	Avaliar o processo de avaliação institucional da IES	Fóruns;.Análise Documental/grupos de trabalho	Comitê de Avaliação Institucional

Fonte: Adaptado de Alves (1991).

**Difusão** – promoção dos resultados da avaliação, por meio da elaboração e publicação do relatório-síntese da avaliação institucional, sendo este enviado para a mantenedora, reitoria, pró-reitorias, avaliadores externos e PAIUB. A promoção de eventos e a publicação de notícias para a disseminação do processo de avaliação institucional à comunidade acadêmica e em geral, fazem parte ainda da etapa da difusão. De maneira geral, à medida que o processo de avaliação institucional se incorpora na prática da instituição, ano após ano, a etapa da difusão, passa a fazer parte integrante da etapa de preparação, uma vez que, divulgando os resultados obtidos no processo de avaliação institucional nos eventos de preparação para as etapas subseqüentes de avaliação, também sensibiliza e conscientiza a comunidade acadêmica para ainda maior adesão voluntária, no processo avaliativo. Em uma visão sistêmica, a difusão fecha o ciclo da avaliação, enquanto a preparação é o início do processo, em cada fase. O ciclo da avaliação é formado, portanto, de etapas sucessivas e logicamente ordenadas, iniciando-se com a preparação da comunidade acadêmica para o processo avaliativo que se compõe das avaliações interna, externa, global e meta-avaliação,

onde a difusão é a etapa final de promoção ou comunicação dos resultados obtidos.

A reavaliação periódica é fruto da reflexão e possibilita que se transforme gradativamente a avaliação em um processo naturalmente integrado à instituição, através de atividades que façam parte do seu cotidiano, voltada para o constante aperfeiçoamento e criando a cultura da avaliação. A avaliação não é processo inerte em um momento determinado do tempo. É um processo contínuo, permanente, desenvolvido em etapas lógicas e conseqüentes, que podem ser negociadas com os atores – ou seus representantes – envolvidos, para sua maior eficácia.

A reavaliação tem como conseqüência lógica a retroalimentação. Esse processo de constante autoconhecimento e reconstrução institucional são o caminho para a mediação com a realidade social. O processo de investigar e produzir conhecimento, de formar profissionais, de qualificar professores e de estender o conhecimento à sociedade dá-se de uma forma sistemática e continuada.

#### Quadro 7 - Normatizações e ações da difusão do processo

ETAPA	OBJETIVOS	AÇÕES/MÉTODOS	RESP.
Difusão  Tornar transparente o processo avaliativo	.Comunicar os resultados da avaliação institucional na comunidade acadêmica e, em geral.	.Disponibilizar, na mídia e em instrumentos de comunicação de massa e interativos, os resultados da avaliação; . Publicar relatório geral; . Enviar relatório geral para: Mantenedores; Reitoria e Pró-Reitorias; Avaliadores Externos: MEC/SES U/PAIUB	Comitê da Avaliação Institucional.

Neste contexto, cabe ressaltar que o processo de avaliação institucional, na presente década, deve ser fruto de consenso, interação e participação, sendo a negociação parte fundamental para a condução do próprio processo, na medida em que incorpora novos fatos e idéias, na medida de seu desenvolvimento.

A implementação de cada etapa da avaliação institucional é de responsabilidade do órgão responsável por esta avaliação institucional.

### **Órgão Responsável**

A IES deve criar um setor específico para planejar e implementar o PAC, diretamente subordinado ao dirigente superior (reitor, diretor geral ou diretor), que deve ser integrado por representantes da comunidade acadêmica e ser coordenado, preferencialmente, por especialista em avaliação institucional. Pode ser comissão, comitê ou qualquer outra denominação, desde que esteja situado no topo da administração universitária.

### 3. UNIPAN/FACIAP - UNIÃO PAN-AMERICANA DE ENSINO.



**Figura 1 – Fachada do Prédio da UNIPAN**

#### **3.1. Histórico da Instituição**

Em 19 de setembro de 1997, reuniu-se um grupo de professores com larga experiência universitária e empresários desejosos de participar de um empreendimento que contribuísse para o desenvolvimento de sua região. Desta reunião surgiu a idéia de fundar uma sociedade civil, de caráter educacional, cultural, científico e tecnológico que mantivesse e desenvolvesse unidades de ensino de qualquer nível ou modalidade por ela criadas, cujo objetivo seria o de difundir e aperfeiçoar a educação e a cultura. O grupo iniciou imediatamente os trabalhos com a elaboração do contrato social, dos atos constitutivos e do

Regimento Interno da entidade denominada UNIPAN – União Pan-Americana de Ensino S/C Ltda., definindo-se por implantar a FACIAP – Faculdade de Ciências Aplicadas de Cascavel com os seguintes cursos iniciais: Administração em Marketing, Administração Hospitalar, Pedagogia, Letras Tradutor Intérprete na Língua Inglesa, Letras Tradutor Intérprete na Língua Espanhola e Ciência da Computação.

O passo seguinte foi o desenvolvimento do Projeto Institucional da FACIAP, com todos os instrumentos normativos que dariam vida à nova Instituição de Ensino Superior: O regimento interno da faculdade, o plano de carreira docente, a política de qualificação docente, a política de estágios, o regulamento da biblioteca, a política de avaliação institucional, dentre outros. Na elaboração dos projetos dos cursos, definiu-se toda a infra-estrutura necessária, e, ato contínuo, foi assinado um compromisso com a direção do Colégio Auxiliadora, localizado no centro da cidade de Cascavel, para a utilização de suas dependências físicas por, no mínimo, dois (02) anos para a implantação da nova Faculdade e de seus cursos.

No Diário Oficial da União de 17 de fevereiro de 1999 foram publicadas as portarias de autorização dos seguintes cursos: Portaria n.º 233/99, de 11/02/99, Curso de Administração, bacharelado, com habilitações em Administração Hospitalar e em Marketing, com cem (100) vagas totais anuais para cada habilitação, distribuídas em turmas de cinquenta (50) alunos, no turno noturno; Portaria n.º 238/99, de 11/02/99, Curso de Pedagogia, Licenciatura plena, com habilitação em Magistério do Ensino Fundamental– Séries Iniciais, com cem (100) vagas totais em Língua Inglesa e Língua Espanhola, com cem (100) vagas totais anuais, distribuídas em turmas de cinquenta (50) alunos para cada habilitação, no período noturno; Após a realização do primeiro vestibular, dias 06 e 07 de março de

1999, a Faculdade iniciou suas atividades acadêmicas no dia 19 do corrente mês e ano. No Diário Oficial da União de 24 de junho de 1999, foi publicada a Portaria n.º 941, de 22/06/99, Curso de Ciência da Computação, bacharelado, com oitenta (80) vagas totais anuais, distribuídas em turmas de quarenta (40) alunos.

Hoje, a Faculdade de Ciências Aplicada de Cascavel – FACIAP, mantida pela UNIPAN, é uma instituição de ensino superior, devidamente instalada no centro da cidade de Cascavel na Avenida Brasil, número 7220 e conta com uma infraestrutura física, apropriada, com todos os seus setores em funcionamento, interligados por uma rede interna de computação e acesso a Internet, uma biblioteca acadêmica com 3878 títulos e 6242 volumes, 51 periódicos nacionais e 5 periódicos internacionais. Possuem, ainda, laboratórios de ensino, indispensáveis para os seus cursos.

No intuito de recepcionar a implantação de novos cursos de graduação e cursos de mestrado, ministrados em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e o Instituto de Tecnologia do Paraná – TECPAR, assim como de cursos de extensão, novos cursos de graduação e realização de projetos de pesquisa; a UNIPAN tem proporcionado uma constante modernização de sua infraestrutura básica, assim como, permanente aprimoramento de seus processos e instrumentos de interação ensino-aprendizagem.

### **3.2. Estrutura Organizacional**

A Faculdade de Ciências Aplicadas de Cascavel – FACIAP é constituída por dois níveis de administração: a superior e a básica.

A administração superior é formada pelos seguintes órgãos:

**Conselho Superior – COSU:** órgão máximo de deliberação da Faciap, é constituído:

- a) pelo Diretor, seu presidente nato;
- b) pelos Coordenadores de cursos;
- c) por um representante de corpo docente;
- d) por um representante do corpo discente;
- E0 por um representante do pessoal administrativo;
- f) por dois representantes da comunidade oriundos das Associações de Classe;
- g) por um representante da UNIPAN.

**Conselho Diretor – CODI:** órgão técnico de coordenação e assessoramento, em matéria didático- científica e administrativo, é constituído:

- a) pelo diretor, seu presidente;
- b) pelo Coordenador de Graduação;
- c) pelo Coordenador de Pós-graduação, Pesquisa e extensão;
- d) pelo Secretário Acadêmico;
- e) pelo secretário Administrativo;
- pelos Coordenadores dos cursos;
- g) por um representante do corpo discente.

**Diretoria:** órgão executivo de coordenação e fiscalização das atividades da FACIAP, conta com uma estrutura de apoio administrativo e financeiro que compreende:

**a) Secretaria Acadêmica** – responsável pelo registro e controle acadêmico;

**b) Secretaria Administrativa** – responsável pelas questões administrativas e apoio financeiro.

A administração básica é formada pelos seguintes órgãos:

**Coordenadoria de Curso:** responsável pela coordenação e acompanhamento das atividades didático - pedagógicas dos cursos de graduação, das atividades de pesquisa e extensão inerentes.

O órgão da Faculdade com o qual aluno tem maior contato é a Coordenadoria de seu curso. Ele deve procurar o Coordenador que o auxiliará em suas dúvidas e dificuldades. Cabe à Coordenação de Curso fornecer as informações e fazer as orientações necessárias sobre as rotinas, a estrutura e o currículo do respectivo curso.

**Colegiado do Curso:** Para cada curso de graduação haverá a Assembléia de Curso, de natureza consultiva, formada por todos os professores que ministram aulas no curso. A Assembléia reúne-se, ordinariamente, duas vezes por ano, para fazer a avaliação de curso e apresentar propostas ao respectivo colegiado.

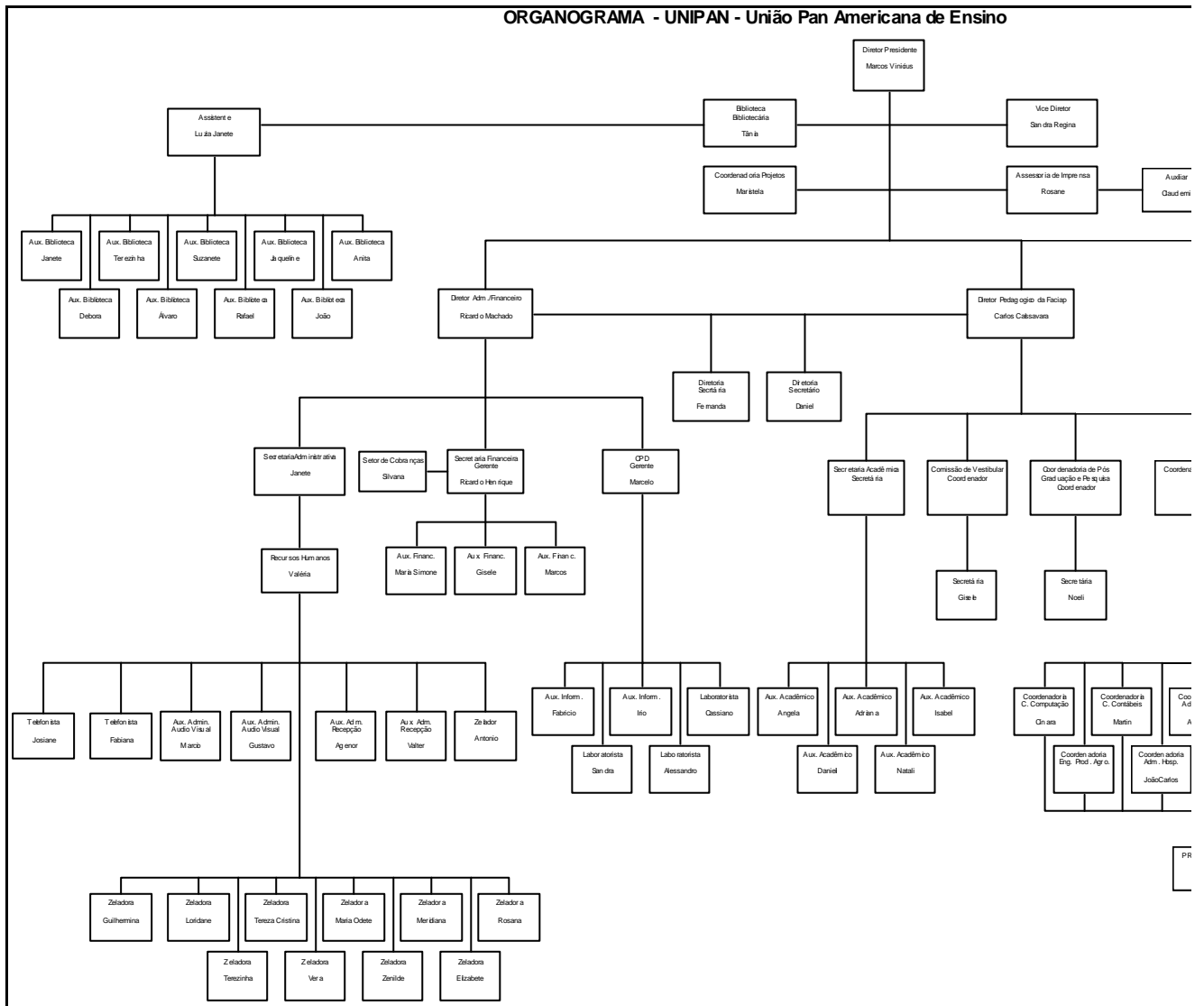
**Biblioteca:** órgão que tem por objetivo o gerenciamento do acervo bibliográfico e a manutenção de recursos didáticos utilizados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

**Órgãos de apoio ou suplementares:** tem por finalidade dar suporte acadêmico e administrativo da instituição.

O quadro 8 apresenta o organograma da UNIPAN/FACIAP.



# ORGANOGRAMA



**Quadro 8 – Organograma da UNIPAN**



**Figura 2 – Sala de Aula**

### **3.3. Missão – Áreas de Atuação**

A Faculdade de Ciências Aplicadas de Cascavel tem como fins: a formação profissional e humanística qualificada de recursos humanos em nível de graduação; a formação de especialistas, professores e pesquisadores, em nível de pós-graduação, o desenvolvimento de pesquisas pura e aplicada; a extensão de seus serviços e cursos à comunidade, promovendo a elevação dos níveis culturais da cidade e da região; a preservação da memória da comunidade regional e a promoção de eventos de natureza cultural e científica e de divulgação das manifestações folclóricas da região; a realização de eventos culturais, desportivos e de lazer para a sua

comunidade e a comunidade externa; o intercâmbio com instituições congêneres e com as organizações da comunidade e da região.

Inicialmente, seu principal objetivo é assegurar as condições de cumprimento dos fins da instituição de ensino superior, de gerar e disseminar o conhecimento, de educar e inspirar a curiosidade científica das pessoas pela busca constante do conhecimento até atingir a plena realização dos objetivos propostos em cada projeto de seus cursos. Para isso, sua mantenedora UNIPAN está investindo qualitativamente no ensino, na pesquisa e na extensão, estabelecendo uma capacidade técnica para fortalecer uma formação acadêmica condizente com as necessidades profissionais contemporâneas e ao mesmo tempo visualizar a verticalização do ensino em curto espaço de tempo.

A política adotada para a implantação dos cursos de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado e doutorado têm para UNIPAN/FACIAP três vertentes: busca da qualificação docente, dos profissionais da educação da região em função da grande demanda e oferta reprimida destes cursos; informação de uma massa crítica capaz de, nos diversos segmentos do conhecimento humano, desenvolver a pesquisa científica e suas aplicações; atender ao egresso da UNIPAN viabilizando a educação continuada, nas áreas dos seus diversos cursos.

### **3.4. Políticas, Objetivos e Metas**

A Faculdade de Ciências Aplicadas de Cascavel tem como fins: a formação profissional e humanística qualificada de recursos humanos em nível de graduação; a formação de especialistas, professores e pesquisadores, em nível de pós-graduação, o desenvolvimento de pesquisas pura e aplicada; a extensão de seus serviços e cursos à comunidade, promovendo a elevação dos níveis culturais da cidade e da região; a preservação da memória da comunidade regional e a promoção de eventos de natureza cultural e científica e de divulgação das manifestações folclóricas da região; a realização de eventos culturais, desportivos e de lazer para a sua comunidade e a comunidade externa; o intercâmbio com instituições congêneres e com as organizações da comunidade e da região.

Inicialmente, seu principal objetivo é assegurar as condições de cumprimento dos fins da instituição de ensino superior, de gerar e disseminar o conhecimento, de educar e inspirar a curiosidade científica das pessoas pela busca constante do conhecimento até atingir a plena realização dos objetivos propostos em cada projeto de seus cursos. Para isso, sua mantenedora UNIPAN está investindo qualitativamente no ensino, na pesquisa e na extensão, estabelecendo uma capacidade técnica para fortalecer uma formação acadêmica condizente com as necessidades profissionais contemporâneas e ao mesmo tempo visualizar a verticalização do ensino em curto espaço de tempo.

### 3.5. Situação Atual da Instituição



No segundo semestre de 2002, a Intituição conta com 110 professores e 1456 alunos de graduação, 46 funcionários administrativos. Os cursos graduação em funcionamento são:

Administração financeira;

Administração em Marketing;

Administração Hospitalar;

Ciência da computação;

Ciências Contábeis;

Engenharia de Produção;

Letras tradutor e Intérprete em Língua Espanhola

Tradutor e Interprete em língua Inglesa;

Pedagogia;

Psicologia;

As atividades de pesquisa e extensão que estão sendo desenvolvidas são as seguintes:

#### Quadro 9 – Projetos de Pesquisa e Extensão (1999 a 2002)

<b>ANO</b>	<b>CURSO</b>	<b>PROJETO</b>
1999	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO GESTÃO DA QUALIDADE ASSEGURADA EM ALIMENTOS	EMATER
2001	CURSO DE EXTENSÃO MICROCONTROLADORES	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
2001	CURSO DE EXTENSÃO INTRODUÇÃO AO ORACLE – SQL E PL/SQL	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
2001	CURSO DE EXTENSÃO ADM. EQUIPAMENTOS HOSPITALARES	ADMINISTRAÇÃO
2001	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO METODOLOGIA DO ENSINO NA FORMAÇÃO DOCENTE	PEDAGOGIA
2001	CURSO DE ATUALIZAÇÃO PRODUÇÃO TEXTUAL PARA O ENSINO SUPERIOR	LETRAS
2001	CURSO DE EXTENSÃO ADM. DE EQUIP. HOSPITALARES	ADMINISTRAÇÃO
2001	CURSO DE ATUALIZAÇÃO-GESTÃO DE PESSOAS EM AMB. COMPETITIVOS	ADMINISTRAÇÃO
2001	CURSO DE EXTENSÃO-EXCEL	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
2001	CURSO EXTENSÃO – MATEMÁTICA BÁSICA	ADMINISTRAÇÃO
2001	CURSO EXTENSÃO – INFORMÁTICA APLICADA NA EDUCAÇÃO	PEDAGOGIA
2001	CURSO DE APERFEIÇOAMENTO - FCE	LETRAS
2001	CURSO DE PROFICIÊNCIA ESPANHOL E LITERATURA	LETRAS
2001	CURSO DE EXTENSÃO-ESPANHOL BÁSICO I	LETRAS
2001	CURSODE EXTENSÃO-METODOLOGIA CIENTÍFICA	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
2001	PROJETO DE PESQUISA- KAINGANG PARA KAINGANG	LETRAS
2001	CURSO DE ATUALIZAÇÃO O CORPO FALA	LETRAS
2001	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO-GESTÃO FINANCEIRA E CONTROLADORIA- GESTÃO EMPRESARIAL/GESTÃO AGRONEGÓCIOS	PARTICULAR
2001	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO -UMA VISÃO INTERTEXTUAL ENTRE LIT., HIST. E FILOSOFIA	LETRAS
2002	CURSO DE EXTENSÃO ELETRÔNICA BÁSICA	CIÊNCIA DA

		COMPUTAÇÃO
2001	CURSO DE EXTENSÃO- COMO IMPLANTAR O SIST. DE CUSTOS HOSPITALAR	ADM. HOSPITALAR
2001	CURSO DE EXTENSÃO ADMINISTRADOR SOLIDÁRIO	ADMINISTRAÇÃO
2001	PROJETO DE EXTENSÃO- VENHA NOS CONHECER	PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO
2001	CURSO DE EXTENSÃO – TÉCNICAS E PRÁTICAS DE PESQUISA DE MERCADO	ADMINISTRAÇÃO EM MARKETING
2001	CURSO DE EXTENSÃO- INFORMÁTICA APLICADA A ADMINISTRAÇÃO- PARA DEFICIENTES	PARTICULAR
2001	CURSO DE EXTENSÃO IMFORMÁTICA PARA DEFICIENTES FISICOS	PARTICULAR
2001	CURSO DE PROFICIÊNCIA- METODOLOGIA DO ENSINO E SABERES DOCENTES PARA PROFISSIONAL	PEDAGOGIA
2001	CURSO DE EXTENSÃO- PORTUGUÊS- LINGUA ESTRANGEIRA	LETRAS
2001	PROJETO DE EXTENSÃO – BRINCANDO NO PARQUE	PEDAGOGIA , PSICOLOGIA E LETRAS
2002	CURSO DE EXTENSÃO MONITOR DE CRCHES	PEDAGOGIA
2002	CURSO DE EXTESÃO- INFORMÁTICA	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
2002	PROJETO DE PESQUISA- PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E SABERES PEGAGÓGICOS	PEDAGOGIA
2002	PROJETO DE PESQUISA MATEMÁTICA PARA DEFICIENTES VISUAIS	ADMINISTRAÇÃO
2002	PROJETO DE PESQUISA 50 ANOS DE CASCAVEL	
2001	PROJETO DE PESQUISA- ENSINO PARA DEFICIENTES VISUAIS	ADMINISTRAÇÃO
2002	PROJETO DE PESQUISA – KIT PARA IMPRESSÃO EM BRAILE	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
2002	PROJETO DE PESQUISA-COMPUTAÇÃO MÓVEL E BACNO DE DADOS MÓVEIS	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
2002	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA	PÓS-GRADUAÇÃO PESQUISA E EXTENSÃO
2002	PROJETO DE EXTENSÃO- MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA:TEORIA E PRÁTICA	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
2002	PROJETO DE EXTENSÃO- ADMINISTRADOR SOLIDÁRIO	ADMINISTRAÇÃO
2002	CURSO DE ATUALIZAÇÃO- DELPHI 5	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
2002	CURSO DE EXTENSÃO- LINGUAGEM C – MÓDULO I	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
2002	PROJETO DE EXTENSÃO- DESENV. HOME PAGE PARA ENTIDADES ASSIST. E FILANTRÓPICAS	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
2002	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR- 1º TURMA	GRADUAÇÃO
2002	CUIRSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR- 2º TURMA	GRADUAÇÃO

## **4. PROPOSTA DE MODELO PARA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UNIPAN/FACIAP**

### **4.1. Avaliação Institucional da UNIPAN/FACIAP**

A avaliação institucional contextualizada, entendida como exigência para a renovação constante do fazer universitário, no sentido de garantir padrões de qualidade decorrentes de sua função social, deve constituir-se em uma prática permanente na UNIPAN/FACIAP, condição imprescindível, para a manutenção do seu alto grau de qualificação e alcançar um alto grau de transparência que lhe assegure a credibilidade da sociedade.

A busca do seu reconhecimento social caracterizará a avaliação institucional na UNIPAN/FACIAP como processo de construção da qualidade acadêmica e científica em suas relações com as ciências aplicadas.

Entende-se que UNIPAN/FACIAP sem uma avaliação de caráter qualitativo tornar-se-á cada vez mais difícil elaborar planos e metas de relevância científica e social, como também, que não será possível desenvolver um planejamento institucional consistente que responda às demandas internas e externas e ainda enfatizando os critérios de resultados de eficiência, produtividade e competitividade para responder de forma satisfatória às demandas sociais determinados pelas políticas globalizantes; sem deixar de considerar esta realidade mas a partir da reflexão/ ação sobre a mesma a UNIPAN/FACIAP implantará seu processo avaliação institucional a partir de seu credenciamento.



## **4.2. Processo de Avaliação Institucional Interno**

O modelo de avaliação proposto tem como objetivo geral e específico buscar a fotografia da UNIPAN como uma Instituição de Ensino que visa a qualidade na prestação de serviços educacionais, levantando dados reais de como está o grau de satisfação do discente, do docente e do corpo administrativo

A UNIPAN/FACIAP deverá avaliar suas atividades de modo formal através de relatórios de docentes, das coordenadorias de cursos, dos alunos e das unidades administrativas e pedagógicas e, de maneira informal, em seminários reuniões do Conselho Diretor e do Conselho Superior, além de discussões diversas no âmbito da instituição.

A avaliação interna da UNIPAN/FACIAP deverá criar mecanismos internos centrais para condução do processo, integrando do corpo dirigente até todos os setores da IES.

Assim não pode ser esquecido o dia-a-dia da comunidade acadêmica em seu todo; para obter qualidade no manuseio dos dados recolhidos com a avaliação. A avaliação institucional deve ser amplamente divulgada na Instituição, com conhecimento de causa do como e porque a mesma será realizada por todos os envolvidos.

Para tanto, toda a Instituição precisa ser envolvida na avaliação sempre contando com os setores produtivos e dispensando os setores ainda em projeto de executar funções. O corpo docente e discente da UNIPAN são as partes funcionais da mesma, exercendo uma troca diária de informações, manifestando contentamento ou não com relação a tudo que envolve a prática ensino aprendizagem.

#### 4.2.1. Comissão de Avaliação Institucional

A proposta para implementação da avaliação é de que ela ocorra de forma gradativa, sendo coordenada por uma comissão formada pelo Diretor da FACIAP, Representante da UNIPAN, Coordenadores de Curso, Secretario Acadêmico, Secretario Administrativo e Financeiro e a representação estudantil, dos docentes e dos funcionários.

Caberá à Comissão de Avaliação propor o programa de Avaliação Institucional que objetive os seguintes aspectos:

**Docentes:** Análise qualitativa do corpo docente considerando a formação acadêmica, programa de capacitação e titulação, endogenia, dedicação a FACIAP, envolvimento com o ensino, a pesquisa e a extensão, relação hora-aula/nº de alunos e medidas que contribuiriam para melhorar a produtividade e a qualidade do docente do curso.

**Alunos:** Análise das características gerais dos alunos da graduação levando em consideração a integração dos estudantes por cursos, nos diferentes níveis e a participação na vida institucional. A adequação do processo seletivo aos objetivos do curso e o reflexo do processo seletivo na redefinição dos cursos e/ou disciplinas, avaliação do curso básico, a adequação da grade curricular à formação do aluno, evasão e migração, análise dos estágios, integração no mercado de trabalho e a relação com a instituição desempenho dos alunos por disciplinas

**Infra-estrutura:** Análise qualitativa da infra-estrutura relacionando a disponibilidade dos setores com a aplicação e captação de recursos orçamentários e extra-orçamentários.

**Produção científica e extensão:** Análise qualitativa dos eventos científicos realizados pela FACIAP, as publicações, as experiências de cooperação com

instituições de ensino e pesquisa científicas e profissionais. Análise qualitativa das atividades de extensão desenvolvidas pela FACIAP e sua repercussão na sociedade e as relações com o setor produtivo e o mercado de trabalho.

Caberá à Comissão a responsabilidade de acompanhar, coordenar e elaborar relatórios das avaliações externas de modo que a avaliação externa e interna propicie de formas sintonizadas resultados que levem ao desenvolvimento pleno dos fins da FACIAP.

**Corpo Técnico Administrativo:** A totalidade do corpo técnico-administrativo da UNIPAN/Faciap deverá ser analisada de forma qualitativa, sobre níveis de satisfação em relação ao desempenho da UNIPAN/FACIAP nas dimensões em avaliação.

**Processos e Procedimentos (Credenciamento, credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento, normatizações):** De acordo com o determina a LDB, em seus artigos 9º e 46º, o credenciamento e o recredenciamento institucionais devem estar em permanente interação com as ações de avaliação.

As ações de avaliação é que devem subsidiar os processos de credenciamento e recredenciamento. Isto significa que o recredenciamento das Universidades depende do desempenho demonstrado através das ações de avaliação. Obter uma boa performance nas avaliações ou renovação do credenciamento de cursos e instituições.

#### **4.2.2. Abrangência**

Desde o início dos anos 1990 as publicações têm destacado diferentes dimensões como prioritária para o desenvolvimento da Avaliação Institucional. De

maneira geral há um relativo consenso de que a avaliação deva se concentrar nas dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, enquanto fins universitários, e nas dimensões dos recursos humanos e materiais e de gestão acadêmica e administrativa enquanto meios para a realização daqueles fins institucionais. As maiores diferenças entre as propostas neste sentido, referem-se ao maior ou menor detalhamento em relação àquelas dimensões. Assim por exemplo, a proposta do CRUB (2000) sugere 14 dimensões relevantes para avaliação: 1) missão, objetivos e vocação da Instituição; 2) ensino; 3) pesquisa; 4) relações externas; 5) corpo docente; 6) corpo discente; 7) corpo técnico-administrativo; 8) administração acadêmica dos cursos; 9) controle de produto; 10) organização e governo; 11) planejamento e avaliação; 12) recursos de informação; 13) recursos de infraestrutura; 14) recursos-financeiros.

Da mesma forma, outras propostas sugerem uma especificação diferenciada de dimensões. Isto significa que cada instituição deve definir e optar por algumas dimensões a partir das quais vai desencadear o processo de avaliação institucional, qualificando-as suprimindo-as ou acrescentando-as à medida que a comunidade acadêmica for avançando neste processo

A avaliação interna da UNIPAN/FACIAP compreenderá a avaliação dos docentes, discentes, corpo administrativo da IES, questionando cada setor abrangendo todos os tópicos os quais estão envolvidos, considerando o modelo proposto e seus objetivos.

### **Primeira Fase**

Nesta fase, a avaliação deverá abranger o corpo administrativo da UNIPAN/FACIAP, alunos e professores da graduação.

## **Segunda Fase**

O setor de pós-graduação, pesquisa e extensão, como vem trabalhando em retomada de efetiva atuação, deverão ficar para a segunda fase.

### **4.2.3. Armazenamento de Informações e Comunicação dos Resultados**

A proposta do modelo é desenvolver um banco de dados quantitativo e qualitativo, onde ficará explícito o desempenho da UNIPAN/FACIAP sob o ponto de vista geral de todos os elementos humanos que compõe a mesma.

A responsabilidade para a implementação e gestão da informação será da Diretoria, órgãos colegiados e a comissão de avaliação.

O acesso às informações referentes a avaliação institucional será determinado pelos órgãos de comunicação.

Os relatórios, resultados da avaliação institucional, deverão ser publicados de modo que a comunidade tenha pleno conhecimento de suas, possibilitando que as tomadas de decisão pelos Conselhos Diretor e Superior, nas suas respectivas funções e atribuições, tenham um caráter participativo e democrático.

### **4.3. Processo de Avaliação Institucional Externo**

O modelo também prevê a contratação de avaliação externa á instituição. A avaliação externa trará para dentro da UNIPAN/FACIAP a visão de observadores que não pertencem àquela cultura organizacional e que com ela não têm compromissos – a não ser o de participar de um esforço de melhoria, tanto do processo de avaliação interna, quanto dos fazeres que nela ocorrem.

Os referidos observadores trazem experiências vividas em outros campos, instituições e programas – podendo contribuir para novas propostas para soluções

de problemas que a IES enfrenta em qualquer um dos setores ou até mesmo na soma do produto de toda a UNIPAN/FACIAP.

#### **4.4. Instrumentos da Avaliação Institucional**

Como instrumentos para avaliação institucional, da UNIPAN/FACIAP, sugerimos os questionários que deverão ser aplicados, na primeira fase, aos alunos da graduação, docentes da graduação e técnicos da instituição.

Apresentamos a seguir quatro modelos de questionários a serem aplicados.

O modelo 1, tendo como foco os alunos de graduação, os tópicos abordados correspondem à satisfação do curso, corpo docente, infraestrutura, biblioteca e laboratórios.

O modelo 2, tendo como foco os alunos de graduação, os tópicos abordados correspondem à análise geral das disciplinas ofertadas no curso, os docentes onde compreende as metodologias utilizadas, avaliação de aprendizagem, relacionamento professor/aluno e compromisso do docente.

O modelo 3, tendo como foco os professores de graduação, os tópicos abordados correspondem à análise do curso; sua prática pedagógica em relação à: disciplina, metodologia, avaliação de aprendizagem, relacionamento professor/aluno, aluno; infraestrutura .

O modelo 4, tendo como foco os servidores técnicos administrativos, os tópicos abordados correspondem à análise do ambiente de trabalho e das condições de trabalho.



## MÓDULO 1

**Foco: Alunos de Graduação.**

**Responda:**

A – quando a questão é atendida em até 100%;
B – quando a questão é atendida em até 75%;
C – quando a questão é atendida em até 50%;
D – quando a questão é atendida em até 25%;
E – quando a questão não é atendida.

**MARQUE SOMENTE UMA DAS ALTERNATIVAS.**

### **CURSO**

**Você está satisfeito com o Curso que escolheu?**

**Você tem conhecimento do(s) objetivo(s) do Curso que está freqüentando?**

**A estrutura e o funcionamento do Curso permitem a integralização Curricular em tempo satisfatório?**

**As atividades acadêmicas desenvolvidas no período do Curso, já freqüentado, estão contribuindo para sua formação?**

## **COORDENAÇÃO**

**Você conhece as atividades desenvolvidas pela Coordenação de seu Curso?**

**A Coordenação do Curso se interessa em propor medidas visando melhorar as condições de ensino/aprendizagem?**

**A Coordenação do Curso promove atividades e/ou eventos de apoio e complementação visando a melhoria do ensino?**

**A Coordenação se interessa em promover intercâmbio com a sociedade?**

**Você conhece as atribuições relativas ao colegiado de seu curso?**

## **ALUNO**

**10. Você exerce outra atividade (trabalho, estágio, curso)?**

**11. Em caso de resposta afirmativa, é em área afim com a do Curso?**

**12. Ao estudar o conteúdo das disciplinas você utiliza outras referências além das anotações de sala de aula?**

**13. Você procura o professor no período de atendimento para esclarecer dúvidas?**

## **APOIO E INCENTIVO**

**14. Você é incentivado pela Instituição na realização de estágio e/ou projetos?**

**15. Você é incentivado a participar de AAC (Atividades Acadêmicas Complementares)?**



## **INFRA-ESTRUTURA**

**16. As salas de aula possuem condições físicas adequadas?**

**17. Os recurso audiovisuais necessários para o desenvolvimento das aulas são suficientes?**

## **BIBLIOTECA**

**18. Possui número suficiente de livros textos indicados?**

**19. Atende as necessidades de material bibliográfico complementar destinado à consulta e pesquisa (periódicos, revistas, CD Room, videoteca)?**

**20. Conta com pessoal de apoio suficiente?**

**21. Conta com infra-estrutura para reprodução?**

**22. Conta com espaço físico adequado para estudo e consulta?**

**23. Está informatizada e interligada a sistemas de informação?**

## **INSTALAÇÕES E SERVIÇOS DE APOIO AO ESTUDANTE**

**24. As Instalações sanitárias são aplicadas à sua utilização?**

**25. As instalações que você utiliza, necessárias à execução do currículo são adequadas?**

**26. Os equipamentos dos laboratórios são suficientes para todos os alunos?**

## MÓDULO 2

Foco: Alunos de Graduação.

Resposta:

A – quando a questão é atendida em até 100%;
B – quando a questão é atendida em até 75%;
C – quando a questão é atendida em até 50%;
D – quando a questão é atendida em até 25%;
E – quando a questão não é atendida.

### DISCIPLINAS

#### ANÁLISE GERAL DAS DISCIPLINAS OFERTADAS NO CURSO.

1. Você recebeu informações sobre o plano de ensino (objetivos, programa, procedimento e avaliação) das disciplinas no início do semestre?
2. Os objetivos das disciplinas estão sendo atingidos de modo satisfatório?
3. Os conteúdos das disciplinas são atualizados?
4. As disciplinas procuram desenvolver um trabalho integrado com outras disciplinas afins do currículo do Curso?
5. A distribuição da carga horária nas disciplinas são adequadas para uma efetiva aprendizagem?
6. Os recursos de infra-estrutura da biblioteca colocados à disposição pela Instituição, para o desenvolvimento das disciplinas são adequados?

7 – Os recursos de infra-estrutura existentes na Instituição, para o desenvolvimento das disciplinas são adequados?

## DOCENTES

### METODOLOGIAS

8. Os professores, ao exporem os conteúdos das disciplinas, propõem outras formas de trabalhos, além das aulas expositivas, tais como: leituras, pesquisas individuais e/ou coletivas, seminários, trabalhos de campo, etc..., viabilizando a produção do conhecimento?

9. Os professores oportunizam a interação entre as atividades práticas e as teóricas?

10. Os professores se preocupam em relacionar os conteúdos trabalhados em aula com o contexto social?

11. Os professores estimulam o aluno a dedicar-se às disciplinas ?

12. Os professores estimulam o desenvolvimento do pensamento crítico/reflexivo do aluno? <sup>68</sup>

13. Se, nas disciplinas, os alunos demonstram não possuírem os conhecimentos básicos necessários para o acompanhamento da mesma, os professores procuram sanar as deficiências?

14. Os professores indicam fontes de consultas atualizadas para o desenvolvimento das disciplinas?

### AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

15. Os professores utilizam formas diversificadas de avaliação?

16. Os professores informam aos alunos a sistemática de avaliação a ser adotada nas disciplinas?

17. Os instrumentos de avaliação são elaborados de forma clara e objetiva?

18. O nível de conhecimento exigido nas avaliações é compatível com os conteúdos?

19. Os professores comentam com os alunos os resultados das provas e/ou trabalhos realizados?

20. Nas avaliações, os professores respeitam os prazos regulamentares previstos pelo Calendário Escolar (período de realização da prova e prazo de divulgação dos resultados)?

## DOCENTES

### RELACIONAMENTO PROFESSOR/ ALUNO

21. Os professores demonstram preocupação em relação à aprendizagem dos alunos?

22. Os professores estimulam o aluno a participar da aula?

23. Os professores são acessíveis aos alunos em aula?

24. Os professores estão disponíveis para o atendimento aos alunos e/ou consultas, fora do horário de aula?

25. Quando ocorrem problemas de relacionamento os professores procuram resolvê-los?

### COMPROMISSO DOCENTE

26. Na sua opinião, os professores compreendem a responsabilidade do seu trabalho e se esforçam ao máximo?

27. Os professores demonstram domínio dos conteúdos das disciplinas?

28. Os professores cumprem os programas das disciplinas?

29. Os professores são assíduos, não cancelando as aulas com freqüência?

30. Os professores são pontuais – no início e término dos períodos de aulas?

31. Os professores utilizam adequadamente o tempo disponível para as aulas?

### MÓDULO 3

Foco: Professores de Graduação.

No cartão responda:

A – quando a questão é atendida em até 100%.
B – quando a questão é atendida em até 75%;
C – quando a questão é atendida em até 50%;
D – quando a questão é atendida em até 25%;
E – quando a questão não é atendida.

### **CURSO**

32. Você tem conhecimento do(s) objetivo(s) do curso para o qual sua disciplina é ministrada?
33. Você conhece as atividades desenvolvidas pela Coordenação do Curso para o qual a sua disciplina é ministrada?
34. Você conhece as atribuições relativas ao Colegiado do Curso?
35. Na sua opinião, o Coordenador e o Colegiado atuam de acordo com as necessidades exigidas, pelo Curso?
36. A estrutura e o funcionamento do Curso, permitem a integralização curricular de modo satisfatório?

37. Na sua opinião, a carga horária do currículo pleno do Curso é adequada?

### **ANALISE SUA PRÁTICA PEDAGÓGICA EM RELAÇÃO A:**

#### **DISCIPLINA**

38. Você elabora o plano de ensino (objetivos, programa, procedimentos e avaliação) da disciplina?

39. Apresenta o planejamento da disciplina aos alunos?

40. Você desenvolve um trabalho integrado com outras disciplinas afins do currículo do Curso?

#### **METODOLOGIA**

41. Ao expor os conteúdos da disciplina, propõe outras formas de trabalho, além das aulas expositivas, tais como: leituras, pesquisas, tarefas individuais e/ou coletivas, seminários, trabalhos de campo, etc., viabilizando a produção do conhecimento?

42. Você oportuniza a interação entre as atividades práticas e as teóricas?

43. Você se preocupa em relacionar os conteúdos trabalhados em aula, com o contexto social?

44. Você estimula o desenvolvimento do pensamento crítico/reflexivo do aluno?

45. Se, na sua disciplina os alunos não possuem os conhecimentos básicos necessários para o acompanhamento da mesma, você procura sanar esta deficiência?

#### **AValiação DA APRENDIZAGEM**

45. Você utiliza formas diversificadas para avaliar o rendimento dos alunos?

46. Você informa os alunos, quanto a sistemática de avaliação a ser adotada na disciplina?

47. Você comenta com os alunos, os resultados das provas e/ou trabalhos realizados?

48. Os resultados das avaliações realizadas na disciplina, são considerados como subsídios para o aperfeiçoamento da mesma?

49. Na sua opinião as notas/conceitos obtidos, na disciplina, refletem uma real aprendizagem dos alunos?

### **RELACIONAMENTO PROFESSOR/ALUNO**

50. Você demonstra preocupação em relação à aprendizagem dos alunos?

51. Estimula o aluno a participar da aula?

52. Você é acessível aos alunos em aula?

53. Você é disponível para o atendimento aos alunos e/ou consultas, fora do horário de aula?

### **ALUNO**

54. Na sua opinião, os alunos são pontuais e atentos nas aulas?

55. Os alunos participam efetivamente das aulas com perguntas e comentários?

56. Os alunos demonstram possuir os conhecimentos básicos necessários para o acompanhamento da disciplina?

### **INFRA-ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO**

#### **INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS**

57. O número de alunos por turma na disciplina é adequado?

58. As salas de aula possuem condições físicas adequadas?

59. Os equipamentos necessários para o desenvolvimento das aulas são adequados?

60. O pessoal de apoio é suficiente?

61. O material disponível para o desenvolvimento das aulas práticas é suficiente?

62. Os recursos de infra-estrutura da biblioteca colocados à disposição pela Instituição, para o desenvolvimento da disciplina são adequados?
63. A Instituição prestigia as atividades de ensino de graduação?
64. Na Instituição, existe(m) número de sala(s) suficientes para os professores?
65. Os problemas da Instituição são discutidos e analisados no Colegiado?
66. A Instituição divulga, junto a comunidade em geral, os projetos, pesquisas e produções acadêmicas desenvolvidas pelos professores?
67. O número de computadores disponíveis no seu setor é suficiente?
68. Existe bom relacionamento entre os professores do Curso?
69. Existe bom relacionamento dos professores com a Coordenadoria do Curso?
70. Na sua opinião a Coordenadoria do Curso está desenvolvendo satisfatoriamente as suas atribuições?





## **MODULO 4**

Foco: Servidores Técnico-Administrativos

No cartão responda:

A – quando a questão é atendida em até 100%;
B – quando a questão é atendida em até 75%;
C – quando a questão é atendida em até 50%;
D – quando a questão é atendida em até 25%;
E – quando a questão não é atendida.

### **AMBIENTE DE TRABALHO**

01. Você conhece os objetivos (atividades fins) de seu setor?
02. Você tem conhecimento da importância do seu trabalho para o alcance dos objetivos de seu setor?
03. A qualidade dos serviços prestados pelo seu setor, é satisfatória?
04. Existe bom relacionamento entre os Técnico-Administrativos do seu setor de trabalho?
05. Existe bom relacionamento dos Técnico-Administrativos e a chefia imediata?
06. Você tem liberdade de expressão dentro de seu setor de trabalho?

07. A sua dedicação tem sido adequada às exigências das atividades do seu cargo?
08. Você foi informado sobre suas funções dentro do setor onde trabalha?
09. As demais informações prestadas pela secretaria do seu setor são satisfatórias?
10. Você é informado quanto às normas, procedimentos e resoluções da Faculdade?
11. De acordo com seu trabalho e participação na instituição, você se considera motivado(a)?
12. Você está satisfeito(a) com as atividades que desenvolve:
13. Existe integração da sua unidade com os demais setores da Instituição?

#### **CONDIÇÕES DE TRABALHO**

14. Existem ruídos, que prejudicam o desempenho de suas atividades?
15. As condições de iluminação no seu ambiente de trabalho são adequadas?
16. As condições de segurança no seu ambiente de trabalho são adequadas?
17. O serviço de limpeza do seu ambiente de trabalho é satisfatório?
18. Você se considera assíduo, comparecendo ao serviço com frequência?
19. Você se considera pontual no início e término dos períodos de trabalho?

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS**

Este capítulo tem como objetivo apresentar as conclusões do trabalho e as recomendações não só para o contexto estudado, como também para a aplicação de novas pesquisas.

Gostaria de lembrar que o grande objetivo deste estudo foi de estar desenvolvendo um modelo de avaliação institucional dentro da realidade vivenciada pela UNIPAN, e verificando em que medidas podiam ser identificadas para a melhoria tanto na área de gestão como pedagógica. O fato da UNIPAN/FACIAP ser uma faculdade bastante jovem em fase de consolidação tornou-se o estudo um tanto deficitário, pois não tinha ferramentas adequadas para o desenvolvimento de um bom trabalho. O fato de uma avaliação institucional ser bastante sistemática considera-se que estaria sendo desenvolvida uma proposta para ser aplicada na UNIPAN a médio e longo prazo, pois isso implicaria na aprovação desse modelo pela diretoria da mesma. Depois seguiram os trâmites normais para a aplicação, sendo a criação de uma comissão de avaliação institucional para seguir os procedimentos normais.

É importante destacar, uma vez mais, que é inegável o extraordinário impulso que os atuais processos de avaliação do MEC deram à reflexão para a melhoria de qualidade no ensino, do que os dados apresentados pelos órgãos de comunicação são uma prova. Por isso a possibilidade de se desenvolver um estudo como este, com plena liberdade, atesta o valor da

UNIPAN, uma faculdade com alguns problemas a serem resolvidos tendo em vista a sua consolidação, mas ao mesmo tempo uma faculdade moderna que optou por se expor para poder identificar seus pontos fracos e fortes, como também suas ameaças e oportunidades.

As propostas aqui apresentadas vêm apontar no sentido de que as relações de reciprocidade entre avaliação institucional e desenvolvimento do ensino superior são passíveis de serem estabelecidas, são altamente desejáveis e devem ser consideradas como prioritárias no atual momento do ensino superior brasileiro. Isso também se reforça pelo Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras, Paiub, um instrumento de melhoria e de construção da qualidade acadêmica e científica, que visa, consolidar os consensos sobre princípios e as estratégias, sobretudo desenvolvendo os processos de avaliação institucional.

Nesse sentido, a avaliação institucional deve focar, por exemplo: a infra-estrutura física e material; o quadro de pessoal e suas diferentes categorias, funções, cargos e perfis profissionais; as divisões e setores da organização; o seu sistema normativo e de comunicação; a hierarquia; os problemas nos setores de compra e de convênios; as condições de laboratório; o acervo bibliográfico; os resultados do processo de aprendizagem; a avaliação de alunos e de professores sobre atividades acadêmicas e as administrativas; os principais problemas de gestão do patrimônio; os processos de inovação e de mudança organizacional; e as relações da faculdade com o ambiente externo investigado, por exemplo, através de estudo sobre egressos da graduação.

Contudo, avaliação institucional em instituições de ensino superior não significa, meramente, agregar a dimensão administrativa à avaliação na área acadêmica, propriamente dita, não se trata, pura e simplesmente, de levantar informações de cada uma dessas dimensões e compor um quadro global de dados sobre a faculdade. Isso é algo importante, porém, o aspecto mais inovador da abordagem institucional da avaliação é algo importante, porém, o aspecto mais inovador da abordagem institucional da avaliação é o próprio modo de tratar o fenômeno: mediante o desenvolvimento de categorias de análise que não se limitem às dicotomias área-meio/área-fim ou acadêmico/administrativo, mas que considerem a universidade como um todo, uma organização complexa construída de estruturas e processos, os quais perpassam os seus diferentes domínios (acadêmicos e administrativos) dimensões.

A construção de Universidade é obra de muitas gerações. Produzir pesquisas relevantes e de acordo com as mais rigorosas normas científicas, oferecer um ensino de qualidade, formar gerações de cidadãos e profissionais para as mais distintas necessidades sociais, que não apenas técnicas e econômicas, consolidar uma cultura de indagação e resposta e instituir as condições para o desenvolvimento científico e pedagógico, tudo isso demanda longos períodos de amadurecimento.

Portanto, o que caracteriza, de fato, a abordagem institucional da avaliação é sua abrangência e a inclusão de componentes como a sua cultura, a sua própria história, as relações de poder que a constituem, as resistências a mudanças, as facilidades ou os problemas internos de comunicação, o padrão de relacionamento com a sociedade, etc.,

componentes esses que presidem o cotidiano das organizações. Por isso, requer um olhar diferenciado, um sair do esquema convencional, para se captar, mais aproximadamente, o dinamismo da instituição universitária.

Enfim, é importante socializar as conclusões obtidas com esta investigação para que se possa andar na direção de melhor aproveitamento de avaliações nas tomadas de decisões, que nos conduzam com maior rapidez e facilidade às melhorias na formação dos futuros profissionais.

Este estudo produziu conhecimentos que permitirão sugerir pontos que poderão levar ao fortalecimento das políticas de avaliação institucional.

A atuação do Núcleo de Comunicação e Marketing e a Coordenadoria de Projetos existente na UNIPAN, garantiria maior agilidade nos processos de comunicação, envolvendo todas as atividades voltada ao relacionamento da instituição e os ambientes interno e externo. A formalização do sistema de informações garantirá transparência as ações implementadas, além de proporcionar um estímulo à participação coletiva, para que alcance todos os segmentos da instituição, mantendo-os assim informados sobre todos os assuntos referentes a UNIPAN.

Desenvolver políticas de conscientização, envolvimento e comprometimento dos docentes, alunos, diretores e funcionários administrativos com relação à necessidade de uma maior participação no processo de avaliação.

Capacitar diretores e coordenadores de cursos de graduação por meio de seminários sobre a avaliação institucional definindo e apresentando os

critérios e objetivos que farão parte dos instrumentos do processo de avaliação, com o objetivo de melhorar o conhecimento dos mesmos.

Recomenda-se que novos estudos sejam desenvolvidos, pois existe espaço para o desenvolvimento de mais pesquisas na área, otimizando os trabalhos e consolidando práticas que viabilizem a obtenção dos resultados com maior agilidade.

A importância de estar desenvolvendo junto a comunidade, uma avaliação externa em que ela possa contribuir com sua percepção sobre os produtos e serviços fornecidos pela UNIPAN. Essa participação da comunidade poderia se dar através de acadêmicos, egressos, órgãos de classe, prefeituras, associações comerciais, sindicatos e outros. A participação de tais entidades proporcionaria um feedback de maior profundidade de detalhamento à análise no trabalho dos docentes e da própria instituição com relação ao grau de satisfação e futuras ofertas e demandas de cursos de graduação e pós- graduação.

Espera-se com esse estudo e a apresentação da proposta de avaliação institucional para a UNIPAN ter contribuído para o aprimoramento da consolidação dessa instituição, uma vez que a mesma tem o privilégio de ter como seus dirigentes pessoas comprometidos com a educação.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- \_Avaliação Qualitativa.** Campinas, Autores Associados, 1995.. SOBRINHO, J.D. **Concepções de Universidade e de Avaliação Institucional.** In: Universidade em Ruínas. Petrópolis, Vozes, 1999, 220 p.
- ALVES, Alda Judith, Planejamento de pesquisas qualitativas em educação. Caderno de Estudo, São Paulo ( 77): 53-61, maio 1991.
- AMORIM, A. **Avaliação Institucional na Universidade.**
- Avaliar para Planejar a Melhoria da Qualidade:** Projeto de Avaliação Institucional da Unioeste, Eunioeste, 2002
- BALZAN, N.C. **Avaliação Institucional.** São Paulo: Cortez Editora.
- CARLEY, M. **Indicadores Sociais – Teoria e Prática.** Rio de Janeiro, Zahar, 1985
- CRUB. **Estudos e Debates: Avaliação Externa da Qualidade no Ensino Superior.** Brasília, 1996.
- DEMO, Pedro. **Avaliação sob o Olhar Propedêutico.** São Paulo, Papirus, 1996, 160 p.
- Educação Brasileira** – Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, CRUB, volume 22, número 45.
- FREITAS, I.M.SILVEIRA, <sup>a</sup> **Avaliação da Educação Superior.** Florianópolis, Insular, 1997, 203 p.
- GANDIN, D.A. **Prática do Planejamento Participativo.** Petrópolis, Vozes, 2000, 183 p.



## **LEGISLAÇÃO CONSULTADA:**

LDB

Decreto nº 2026/96.

Decreto nº 2036/97.

Portaria nº 2175 de 27 de novembro de 1997;

Portaria nº 302 de abril de 1998.

Portaria nº 752 de 02 de julho de 1997;

**MEC/SG. Indicadores Educacionais no contexto do Desenvolvimento Social.**

Brasília, 1980, 39 p.

**MEZOMO, J.C. Qualidade nas Instituições de Ensino.** São Paulo, CEDAS, 1993.

**MONTEIRO, L. A. . dos S.** Tópicos especiais em administração de instituições de ensino superior. In: **Eficiência produtiva de instituições de ensino superior: curso de curta duração, módulo I.** UFSC, 1998.

**PENNA, FIRME.T. Avaliação Institucional Hoje: Perspectivas e Tendências.** In: **Repensando a Universidade – Anais do Iº Seminário Estadual de Avaliação Institucional.** Itajaí – SC – UNIVALI – 1994, p. 62-73.

**ROSSATO, Ricardo. Universidade: reflexões críticas.** Santa Maria: Edições UFSM, 1989.

**SGUISSARDI, V. (org). Avaliação Universitária em Questão.** Campinas, Autores Associados, 1997.

**SHWARTZMANN, Simon.** Funções e metodologias de avaliação do ensino superior. **Dois Pontos**, ed. Esp. Brasília/MEC- Sesu, v> 37, p. 07-12, set. 1987 parte 1; dois Pontos edição Especial, Parte 2. v. 38, p. 07-10, out. 1987.

**SOBRINHO, J.D.; BALZAN, NC. Avaliação Institucional: Teoria e experiência**